



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Departamento de Parques e Jardins

Projeto Básico - NOVACAP/PRES/DC/DPJ

PROJETO BÁSICO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (PREGÃO ELETRÔNICO)

DPJ/DC/NOVACAP

QUADRO DE IDENTIFICAÇÕES E REVISÕES DESTE DOCUMENTO			
OBJETO:		Contratação de empresa especializada para abertura do poço e implantação do sistema de irrigação automatizado na Catedral Metropolitana de Brasília Nossa Senhora de Aparecida	
NÚMERO DO PROCESSO:		00112-00004548/2025-55	
REVISÃO	DESCRIÇÃO	DATA	RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Versão 01

1. INTRODUÇÃO:

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP por meio do Departamento de Parques e Jardins cumpre, dentre outras, a grande missão de conservar e ampliar as áreas verdes dos brasilienses. Esta empresa vem ao longo dos anos promovendo implantação, manutenção e desenvolvimento das áreas verdes, parques, jardins e vias em todo o Distrito Federal, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população do DF, em especial pela diminuição da temperatura nas cidades, melhorando a baixa umidade do ar nos períodos secos do ano, auxiliando a diminuição de resíduos sólidos em suspensão no ar (poeira) e ampliando as áreas para lazer e convivência comunitária. Este trabalho é executado continuamente, proporcionando uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes.

Ocorre que atualmente a NOVACAP enfrenta um desafio crítico na conservação das áreas verdes de Brasília. A perda de mão de obra especializada em manutenção de áreas verdes aliada à expansão urbana sobrecarregou a capacidade operacional da empresa. Como resultado, a irrigação, dentre outros serviços, restou prejudicada por recursos humanos limitados e logística de abastecimento ineficiente.

Reconhecendo a importância da Catedral para Brasília, a Companhia considera essencial a manutenção adequada de sua área, incluindo o jardim, parte integrante da arquitetura icônica.

Com o compromisso de promover a gestão eficiente dos recursos naturais e melhorar continuamente a infraestrutura urbana do Distrito Federal, a NOVACAP busca, por meio de um projeto de irrigação específico para o jardim do referido monumento, fortalecer sua capacidade de manter e expandir suas atividades de maneira sustentável e econômica, assegurando o bem-estar dos funcionários e a preservação dos recursos hídricos.

2. **OBJETO:**

Contratação de empresa especializada para abertura do poço e implantação do sistema de irrigação automatizado na Catedral Metropolitana de Brasília Nossa Senhora de Aparecida.

3. **JUSTIFICATIVA:**

Projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, A catedral Metropolitana - Nossa Senhora Aparecida foi o primeiro monumento a ser criado em Brasília. Sua pedra fundamental foi lançada em 12 de setembro de 1958. Teve sua estrutura pronta em 1960, onde apareciam somente a área circular de setenta metros de diâmetro, da qual se elevam dezesseis colunas de concreto (pilares de secção parabólica) num formato hiperboloide, que pesam noventa toneladas. O engenheiro Joaquim Cardozo foi o responsável pelo cálculo estrutural que permitiu a construção da catedral. Em 31 de maio de 1970, foi inaugurada de fato, já nesta data com os vidros externos transparentes.

Sua arquitetura foi concebida por Oscar Niemeyer e é por vezes considerada sua obra-prima, tendo sido graças a ela que o arquiteto venceu o Prêmio Pritzker em 1988, considerado equivalente ao Nobel de sua profissão. Envolvendo este monumento há um grande jardim dando continuidade ao paisagismo da Esplanada dos Ministérios, em consonância com a concepção do ilustre Urbanista Lúcio Costa, que necessita de constante cuidado, principalmente no rigoroso período de seca. Atualmente, a irrigação da área verde da Catedral de Brasília é realizada com caminhão pipa por meio de empresa terceirizada e operadores (auxiliares de serviços gerais) do quadro de empregados da Companhia.

Ocorre que a NOVACAP tem enfrentado um grande desafio na prestação tanto deste como de outros serviços. Nos últimos anos a mão de obra tem se envelhecido acarretando em 3 Programas de Demissão Voluntária, sendo o terceiro com início neste ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco) o que culminará na escassez total desta mão de obra.

Neste sentido e tendo em vista que NOVACAP é a responsável, dentre outras, pela manutenção das áreas verdes de todo o Distrito Federal, incluindo o jardim da Catedral, será necessário a contratação de empresa especializada para abertura de um poço artesiano bem como a instalação de um sistema automatizado de irrigação afim de assegurar a vitalidade da área verde.

4. **RESUMO DA CONTRATAÇÃO**

4.1. O quadro resumo abaixo apresenta as principais características do Procedimento Licitatório e da Contratação:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para abertura do poço e implantação do sistema de irrigação automatizado na Catedral Metropolitana de Brasília Nossa Senhora de Aparecida.				
De natureza comum	SIM	X	NÃO	
De prestação continuada	SIM		NÃO	X

Eminentemente intelectual	SIM		NÃO	X
Possui inovação tecnológica ou técnica	SIM		NÃO	X
De Tecnologia da informação	SIM		NÃO	X
Possui mão de obra exclusiva	SIM		NÃO	X

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	X
Definida	
Justificativa: A demanda é estimada pelos setores do Departamento de Parques e Jardins que executam/fiscalizam o referido serviço.	

PARCELAMENTO DO OBJETO	SIM		NÃO	X
-------------------------------	------------	--	------------	----------

MODALIDADE	
Procedimento Licitatório Eletrônico	
Procedimento Licitatório Presencial	
Pregão Eletrônico	X
Pregão Presencial	

Dispensa de Licitação				
Inexigibilidade de Licitação				
PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM		NÃO	X
<p>Justificativa: A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve alta complexidade ou relevante vulto, o que proporcionaria ganho de escala, principalmente, nos casos em que as empresas isoladamente não teriam condições de realizar, contudo, tal cenário não se aplica a esta contratação, tendo em vista que trata-se de serviço de pequeno vulto e baixa complexidade.</p>				
PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA	SIM		NÃO	X
<p>Justificativa: Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração Pública busca evitar a dificuldade de controle e responsabilização pelos serviços prestados. Cooperativas são compostas por membros associados e a rotatividade de cooperados pode dificultar a estabilidade e a continuidade dos serviços, tornando complexa a definição de responsabilidades em caso de falhas ou problemas na execução do contrato.</p>				
SUBCONTRATAÇÃO	SIM	X	NÃO	
<p>JUSTIFICATIVA: Será permitida a SUBCONTRATAÇÃO somente da abertura do poço, equivalente a aproximadamente 12% do valor estimado para a contratação.</p>				
PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	SIM	X	NÃO	
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP	SIM		NÃO	X

HAVERÁ À PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, conforme prevê a legislação, desde que atendidas às exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no Edital;

O tratamento favorecido e diferenciado às entidades preferenciais **SE DARÁ POR MEIO DE SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA**, na fase de julgamento da proposta, quando for verificado que o menor preço não foi apresentado por microempresas e empresas de pequeno porte e, entre os demais classificados, houver PROPONENTE com direito de preferência, nos termos da legislação vigente, em especial das Leis Complementares n.º 123/2016 e 147/2014;

LOTES	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO Conforme Composição R\$ 787.282,52
LOTE 01	Abertura de poço e implantação de sistema de irrigação automatizado na Catedral de Brasília.	R\$ 787.282,52

JUSTIFICATIVA: Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas durante o procedimento licitatório.

MODO DE DISPUTA	
Aberto	X
Fechado	
Combinado	

Justificativa: A seleção do modo de disputa aberto é respaldada pela busca da maior competitividade entre os participantes resultando em benefícios financeiros e técnicos para a administração pública.

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
Menor preço	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	

REGIME DE EXECUÇÃO	
Empreitada por preço unitário	X
Empreitada por preço global	
Contratação semi-integrada	

- 4.2. Conforme demanda o inciso VI do Art. 18 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap;
- 4.3. O objeto da presente contratação possui natureza comum, visto que se trata de prestação de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado;
- 4.4. O objeto da presente contratação NÃO é de natureza continuada, visto que o objeto trata-se de implantação de sistema de irrigação e instalação de poço, ambos com serviços únicos e pontuais;
- 4.5. O objeto da presente contratação não é eminentemente intelectual nem de Tecnologia da informação, visto que se trata de instalação e implantação de sistema de irrigação;
- 4.6. Não se trata de contratação de mão de obra exclusiva;
- 4.7. A demanda foi estimada pelos setores da Novacap que executam/fiscalizam os serviços relativos a implantação e manutenção de áreas verdes;
- 4.8. O objeto não será dividido em lotes;
- 4.9. A licitação se dará por Pregão Eletrônico o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 13.303/2016; o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e as disposições deste documento e do Edital.
- 4.10. Serão obedecidas as disposições dos Art. 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 4.11. Não será permitida a participação de consórcio tendo em vista que não há vultuosas dimensões do objeto ou circunstâncias que exijam a associação entre empresas, além do que os serviços objeto deste procedimento devem coexistir dentro de uma mesma estrutura empresarial especializada.
- 4.12. Não será permitida a contratação de cooperativa, visto que a natureza do objeto a ser contratado e o modo como este é executado no mercado em geral implica em subordinação entre o empregado e a CONTRATADA.
- 4.13. Não haverá restrição à participação de micro e pequenas empresas, conforme prevê a legislação, desde que atendidas as exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no edital.
- 4.14. O valor total estimado para a contratação **será de R\$ 787.282,52.**
- 4.15. O orçamento não sigiloso tem previsão no Art. 34 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, que estabelece que *“O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.”* Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para as propostas de preço das licitantes.
- 4.16. O modo de disputa será aberto, mediante a apresentação de lances públicos e sucessivos, objetivando maior transparência e competitividade durante o certame.
- 4.17. Tendo em vista que foi possível estabelecer de forma objetiva as especificações do objeto, a seleção da melhor proposta recairá no proponente que, atendidas as especificações, garantirá o menor dispêndio para a Companhia, sendo assim, será utilizado o menor preço como critério de julgamento.
- 4.18. Tendo em vista que a natureza do objeto possui dois serviços complementares, abertura de poço artesiano e instalação de sistema de irrigação, os quais envolvem incertezas quanto aos quantitativos dos materiais, uma vez que estes podem variar conforme as condições do solo, disponibilidade hídrica e adequações técnicas necessárias durante a execução, o regime de execução da Licitação será o de empreitada por preço unitário.

5. FUNDAMENTO LEGAL

- 5.1. A execução do objeto deste Projeto Básico tem amparo legal disposto na seguinte legislação:
- 5.2. Constituição Federal de 1988 (Inciso XXI do artigo 37);
- 5.3. Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais);
- 5.4. Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão);
- 5.5. Lei nº 10.406/2002 (Código Civil);
- 5.6. Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho);
- 5.7. Lei nº 12.440/2011 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- 5.8. Lei nº 9.069/1995 (Art. 28 - Reajuste anual);
- 5.9. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
- 5.10. Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte);
- 5.11. Decreto nº 8.945/2016 (Dispõe, no âmbito federal, sobre o estatuto jurídico da empresa pública);
- 5.12. Decreto nº 45.846/2024 (Dispõe sobre reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua);
- 5.13. Lei Distrital nº 4.611/2011 (Dispõe sobre tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas e Empresas de Pequeno Porte);
- 5.14. Decreto Distrital nº 35.592/2014 (Regulamenta tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas e Empresas de Pequeno Porte);
- 5.15. Decreto Distrital nº 45.539/2024 (Dispõe, no âmbito distrital, sobre o estatuto jurídico da empresa pública);
- 5.16. Acórdão 1502/2018 Plenário TCU (divulgação obrigatória do orçamento de referência);
- 5.17. Acórdão 19/2017 Plenário TCU (Utilização Orçamento Estimativo como marco inicial para reajustamento);
- 5.18. Decisão Normativa nº 02/2012 TCDF (Regra do parcelamento do objeto e da subcontratação de terceiros);
- 5.19. Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap (RLC);
- 5.20. Instrução Normativa de Reequilíbrio 367/2020 (109524969);
- 5.21. Instrução Normativa de Atestado de Capacidade Técnica (109524585);
- 5.22. Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- 5.23. Lei Complementar nº 147/2017 (Altera Lei Complementar nº 123/2006);
- 5.24. Lei Complementar nº 155/2016 (Altera Lei Complementar nº 123/2006);
- 5.25. Lei Distrital nº 6.112/2018 (Dispões sobre a implementação de Programa de Integridade);
- 5.26. Decreto Distrital nº 32.598/2010 (Aprova as normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal);
- 5.27. Decreto Distrital nº 40.388/2020 (Dispõe sobre a avaliação de programas de integridade);
- 5.28. Decisão Normativa nº 02/2012 do TCDF (Regra do Parcelamento do objeto e da subcontratação);
- 5.29. Decisão do TCDF nº 1.755/2017 TCDF (Admite o somatório de atestados de uma mesma empresa para comprovação dos quantitativos mínimos para habilitação técnica);

6. DEFINIÇÕES E SIGLAS

6.1. São apresentadas a seguir palavras chave, importantes para a compreensão deste Projeto Básico:

ÁREA VERDE URBANA: espaços, públicos, urbanos, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais.

BDI: percentual a ser aplicado sobre o custo da obra ou serviço, evidenciando a taxa de rateio da administração, a taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento, a taxa de lucro e os percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluindo-se aqueles de natureza personalística que oneram o contratado.

COMISSÃO: Grupo de pessoas designado pela autoridade competente da Administração Pública, com representantes da fiscalização e do proprietário (ou interessado ou preposto), para receber em definitivo o objeto contratado, após exame e constatação da conformidade com os padrões exigidos em contrato. A comissão poderá, se for o caso, determinar à contratada, providências necessárias para a finalização do objeto nos termos contratuais.

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO: detalhamento do preço unitário do serviço que expresse a descrição, quantidade, produtividade e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida.

CONTRATADA: pessoa física ou jurídica signatária de Contrato com a Administração Pública.

CONTRATANTE: Órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO: representação gráfica dos serviços distribuídos em etapas a serem executados do objeto contratado com indicação do respectivo desembolso financeiro vinculado ao valor do Contrato.

CUSTO UNITÁRIO: valor unitário para execução de uma unidade de medida do serviço previsto no orçamento de referência e obtido com base nos sistemas de referência de custos ou pesquisa de mercado.

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO: declaração emitida pela Proponente de que tem pleno conhecimento das condições peculiares inerentes à natureza do objeto a ser contratado.

EDITAL: instrumento convocatório por meio do qual são divulgados o objeto, as regras e as normas aplicáveis ao procedimento licitatório visando futura aquisição ou contratação e ao qual se vinculam tanto a NOVACAP quanto os licitantes.;

EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL: regime de contratação por preço certo e total, quando for possível definir previamente no Projeto Básico ou Projeto Básico , com a maior precisão possível, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados no contrato;

EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO: regime de contratação por preço certo de unidades determinadas, no caso em que o objeto, por sua natureza, possua imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários;

ENCARGOS SOCIAIS: Conjunto de obrigações trabalhistas que devem ser pagas pelas empresas mensalmente ou anualmente, além do salário dos empregados.

EQUIPAMENTOS: Rol de instrumentos a serem utilizados na execução dos serviços, conforme especificações e Normas Técnicas constantes dos Anexos integrantes do Projeto Básico/Projeto básico.

FISCAL ou EXECUTOR: empregado ou comissão de empregados da NOVACAP com qualificação técnica condizente com o objeto contratado, designado pelo Diretor da área demandante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato durante a sua vigência e obrigações posteriores, com dever de informar as não conformidades e indicar medidas punitivas ou corretivas a serem adotadas pelo executor do contrato, se for o caso, e de atestar as faturas e as notas fiscais apresentadas pelo contratado, nos termos das Normas de Fiscalização desta NOVACAP.

FISCALIZAÇÃO: atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONTRATANTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

GERENCIAMENTO DE RISCOS: processo para identificar, avaliar, tratar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização.

EXECUTOR DO CONTRATO: empregado com capacidade gerencial, responsável pela gestão e supervisão do contrato, que adota as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, considerando o que prevê o contrato e as normas internas da NOVACAP.

HABILITAÇÃO: etapa do procedimento licitatório de verificação do cumprimento dos requisitos jurídicos, técnicos e econômicos do licitante, exigidos no Edital;

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR): mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

INTERESSADO: ente da Administração Pública responsável pela autorização de realização de licitação ou de dispensa ou de inexigibilidade de licitação e contratação do objeto. É o responsável por informar os recursos orçamentários e financeiros para execução do objeto. O interessado poderá ser ou não o próprio proprietário.

INTERVENÇÃO ARBÓREA: qualquer intervenção realizada em indivíduos arbóreos, arbustivos ou em palmeiras, como por exemplo, poda, supressão, remoção de árvore morta, remoção de árvore caída e destocamento.

INSUMOS: uniformes, materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços.

LICITANTE: todo aquele que apresentar documentação para fins de participação em processo licitatório;

LOTE: divisão de determinado conjunto de bens ou serviços em uma ou mais parcelas.

MAPA DE RISCOS: documento elaborado para identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento de contratação e das ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos.

MATRIZ DE RISCOS: Distribuição de responsabilidades e riscos entre as partes, caracterizadoras do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, e que deverá ser considerada na avaliação da ocorrência de eventual ônus financeiro adicional decorrente de eventos supervenientes à contratação que atinja uma ou ambas as partes no contrato, e que possa vir a ensejar, em razão de sua efetiva ocorrência e materialidade, alguma alteração dos termos e condições originalmente acordados;

ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA: detalhamento do preço global de referência que expressa a descrição, as quantidades e os custos unitários de todos os serviços, incluídas as respectivas composições de custos unitários, necessários à execução da obra e compatíveis com o projeto que integra o Edital de licitação;

ORDEM DE SERVIÇO: Documento onde constam o endereço, as espécies e o serviço a ser executado após vistoria do técnico ou engenheiro do Departamento de Parques e Jardins.

ORDEM DE SERVIÇO EXTERNA: documento emitido pela Administração Pública que autoriza o início da execução do objeto contratado, a partir da emissão da Nota de Empenho, constando entre outras informações, nomes da CONTRATADA e CONTRATANTE, número do Contrato, número do Processo Administrativo, descrição do objeto, endereço, prazo, data de início, data de término, valor contratado, nomes do FISCAL/EXECUTOR, supervisor e Diretor da unidade gestora.

PESQUISA DE PREÇOS: procedimento indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para arcar com as despesas decorrentes de contratação e análise da compatibilidade das propostas apresentadas na licitação;

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS: documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços, podendo ser adequado pela Administração em função das peculiaridades dos serviços a que se destina, no caso de serviços continuados.

PLANILHA DE QUANTITATIVOS: Planilha ou conjunto de planilhas onde são levantados as quantidades de cada serviço.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA REFERENCIAL: estimativa contendo o detalhamento do preço global de referência que expressa a descrição, quantidades e custos unitários de todos os serviços, incluídas as respectivas composições de custos unitários, necessários à execução da obra e compatíveis com o projeto que integra o Edital de licitação, observando o que

dispõe o § 2º, do art. 42, da Lei nº 13.303, de 2016;

PLANILHAS ESTIMATIVAS: são planilhas com descrição dos serviços, indicação de quantitativos e preços unitários que servem de parâmetro para disponibilização de recursos financeiros, para compor o projeto básico e para julgamento das propostas. São elaboradas pela Administração Pública com base nos preços correntes no mercado local, regional ou nacional onde será executado o objeto.

PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS: são planilhas com descrição dos serviços, indicação de quantitativos e preços unitários, elaboradas pela Proponente, tendo como referência as Planilhas Estimativas fornecidas pela NOVACAP. A partir da assinatura do Contrato essas planilhas passarão a ser designadas como PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONTRATUAIS.

PREÇO DE REFERÊNCIA: maior valor aceitável para a aquisição ou contratação;

PREÇO GLOBAL: preço certo e total, quando for possível definir previamente no Projeto Básico ou Projeto Básico, com a maior precisão possível, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados no contrato.

PREÇO UNITÁRIO: preço certo de unidades determinadas, no caso em que o objeto, por sua natureza, possua imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários.

PREPOSTO: pessoa física, sócio, dirigente ou empregado da CONTRATADA ou da CONTRATANTE ou do PROPRIETÁRIO, investido no poder de representá-lo nos atos referentes ao contrato, com designação expressa.

PROJETO BÁSICO: conjunto de elementos que define a obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução. Compõe-se de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, contendo o desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra ou serviço e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza; contendo soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do Projeto Executivo e de realização das obras e serviços, identificando tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento; fornecendo informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra ou serviço; subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra ou serviço, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso; com orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados; sem frustrar o caráter competitivo para execução.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: É a comprovação de experiência na execução de obra/serviço compatível com as características dos serviços de maior relevância do objeto a ser contratado;

REGIÕES ADMINISTRATIVAS: subdivisões territoriais do Distrito Federal - DF, cujos limites físicos, estabelecidos pelo poder público, definem a jurisdição da ação governamental para fins de descentralização administrativa e coordenação dos serviços públicos de natureza local.

REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pelo Diretor Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, por meio da Instrução nº 361, de 12 de dezembro de 2017, acolhido pela Diretoria Executiva na Sessão Extraordinária nº 4.367ª, realizada em 26 de junho de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração desta companhia na solenidade da 2.471ª Reunião Ordinária realizada em 27 de junho de 2018.

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO: Documento interno do Departamento de Parques e Jardins da Novacap o qual registra a solicitação do cidadão por serviço de intervenção arbórea. Este documento é utilizado no momento da vistoria para indicar e detalhar o serviço de intervenção no local requisitado.

6.2. **SIGLAS:**

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

BDI: Benefícios e Despesas Indiretas.

CREA: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

NLC: Núcleo de Licitação.

DPJ: Departamento de Parques e Jardins.

NOVACAP: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

OS: Ordem de Serviço.

SEI: Sistema Eletrônico de Informação.

SGIA: Sistema de Gerenciamento de Intervenção Arbórea

SS: Solicitação de Serviço.

7. DOCUMENTOS TÉCNICOS

7.1. A documentação técnica que compõe este Projeto Básico e fará parte integrante do Contrato, valendo como se neste estivesse efetivamente transcrito, é composta dos documentos listados abaixo:

Doc. SEI/GDF 167622707 - Estudo Técnico Preliminar;

Doc. SEI/GDF (167623831) - Mapa de risco;

Doc. SEI/GDF (167622025) - Planta Baixa Projeto de Irrigação PDF

Doc. SEI/GDF (167622158) - Planta Baixa Projeto de Irrigação PDF

Doc. SEI/GDF (167989281) - Orçamento com Desoneração;

Doc. SEI/GDF (167989366) - Orçamento sem Desoneração;

Doc. SEI/GDF (167989144) - Memorial Descritivo e

Doc. SEI/GDF (167623730) - Outorga Poço Artesiano;

7.2. As especificações técnicas dispostas no presente termo e nos documentos listados no no item "DOCUMENTOS TÉCNICOS" deverão ser obrigatoriamente seguidas pela empresa CONTRATADA.

8. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO E DAS QUANTIDADES

8.1. Visita técnica

8.1.1. A empresa interessada primeiramente deverá realizar visita no local da prestação dos serviços. Não será motivo de inabilitação da licitante a não realização da visita. Entretanto, a não realização da visita implicará na aceitação tácita das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Informações para o agendamento das visitas: Departamento de Parques e Jardins da NOVACAP, telefone (61) 3403-2687.

8.2. Das obrigações referentes a outorga prévia

8.2.1. A perfuração do poço artesiano deve seguir a descrição constante na Outorga Prévia n.º 166/2021 - ADASA/SRH/COU (SEI nº xxxxxxxx), a qual reserva o direito de uso da água subterrânea à Catedral Metropolitana de Brasília Nossa Senhora Aparecida.

8.2.2. Conforme previsto no Art. 1º da referida Outorga, a perfuração de 01 (um) poço tubular profundo, para fins de irrigação paisagística, localizado na Esplanada dos Ministérios, Lote 12, Plano Piloto - Distrito Federal, deverá possuir as seguintes características:

Ponto de captação	Bacia Hidrográfica	Unidade Hidrográfica	Coordenadas do Ponto de Captação (SIRGAS 2000)	
			Latitude	Longitude
Poço 1	Rio Paranoá	Lago Paranoá	-15.798795	-47.875858

I - Tabela dos limites outorgados.

Limites Outorgados		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Q Max	(L/h)	0	0	0	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	0	0
	(m³/h)	0	0	0	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25	0	0
T. max. (h/dia)		0	0	0	20	20	20	20	20	20	20	0	0
V. max. dia (m³/dia)		0	0	0	45	45	45	45	45	45	45	0	0
P. (dias/mês)		31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31
V. max. mês (m³/mês)		0	0	0	1.350	1.395	1.350	1.395	1.395	1.350	1.395	0	0

Q. max: Vazão máxima em litros por hora e em metros cúbicos por hora;

T. max: Tempo máximo de captação em horas por dia;

V. max. dia: Volume máximo em metros cúbicos por dia;

P: Dias de captação por mês; e

V. max. mês: Volume máximo em metros cúbicos por mês.

* 1 m³ (um metro cúbico) corresponde a 1.000 L (mil litros)

8.2.3. Proteger a porção do poço perfurado executada sobre material inconsolidado e com possibilidade de desmoronamento, para prevenção de contaminação dos aquíferos por meio de percolação de águas superficiais indesejáveis;

8.2.4. Desativar e tamponar as fossas posicionadas no raio de 30 m (trinta metros) do poço, a fim de evitar a contaminação do aquífero;

8.2.5. Manter a parte externa do poço com 30 cm (trinta centímetros), no mínimo, acima da laje de concreto, a qual deverá ter proteção de alvenaria e cobertura removível.

8.2.6. Construir e manter sistema de adução, de reserva e distribuição, completamente independente do sistema de abastecimento da concessionária de água, caso o uso de água de poço ocorra em área atendida pela rede de abastecimento de água.

8.2.7. Construir uma laje de concreto envolvendo o tubo de revestimento, com declividade do centro para a borda, com espessura mínima de 10 cm (dez centímetros) e área não inferior a 1 m² (um metro quadrado);

8.2.8. Instalar hidrômetro na saída do poço, num prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da perfuração ou da publicação do extrato de outorga;

8.2.9. Manter área de proteção com raio de, pelo menos, 5 m (cinco metros), a partir dos limites do poço, seguindo a legislação vigente.

8.3. Requisitos

8.3.1. Os serviços a serem contratados deverão atender aos quesitos especificados na **NBR 12.244** – Construção de poço para captação de água subterrânea – e na NBR-12244 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e deverão ser também observadas as normas adotadas pela Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS) e pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH).

8.3.2. Manter um geólogo residente permanentemente no canteiro de obra para acompanhar os trabalhos de construção do poço, na qualidade de responsável pela obra e de interlocutor perante a fiscalização da contratante;

8.3.3. A fiscalização da contratante poderá rejeitar e solicitar a qualquer tempo a substituição de funcionário da contratada, equipamento ou materiais que não considere adequado ou que não atenda as especificações;

8.3.4. Quaisquer danos que ocorram a bens móveis, imóveis ou ao meio ambiente, devido à construção do poço tubular e àqueles resultantes da imperícia, imprudência ou negligência na execução dos serviços, serão de responsabilidade única da contratada, devendo reparar e responder por eles;

8.3.5. Remover e dar destino adequado dos sedimentos resultantes da perfuração do poço tubular, tais como: materiais utilizados, descarte do fluido de perfuração e descarte da água do desenvolvimento e do teste de produção, de forma que ao retirar o equipamento o terreno esteja limpo e reconstituído;

8.3.6. É de responsabilidade da contratada a vigilância do canteiro de obra e o fornecimento de energia elétrica;

8.3.7. A empresa será considerada instalada e apta ao início dos serviços após a fiscalização constatar na obra: a perfuratriz, equipamento, ferramentas e materiais com capacidade e em quantidade suficientes para assegurar a execução dos trabalhos e do circuito para o fluido de perfuração com dimensões compatíveis com a profundidade e diâmetro final do furo;

8.3.8. O recolhimento das taxas Federais e Distritais, para a construção e operação do poço é de responsabilidade da contratada;

8.3.9. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

8.3.10. Sujeitar-se à análise, vistoria e aprovação pela fiscalização dos itens acima listados;

8.3.11. A empresa contratada ficará obrigada a apresentar, mediante solicitação da contratante, mesmo depois da realização da obra, quaisquer documentos necessários ao esclarecimento de dúvidas ou questões sobre o andamento dos serviços, materiais ou equipamentos utilizados no poço ou sobre as características ou condições de operação e manutenção do mesmo;

8.3.12. É de responsabilidade da contratada a vigilância do canteiro de obra.

8.4. Método de perfuração

8.4.1. A perfuração deverá ser realizada preferencialmente por sonda rotopneumática, que consiste na injeção de ar comprimido, e, nas condições em que esse sistema não seja operacional, por sonda percussora ou rotativa convencional, sendo de inteira responsabilidade do contratado a disponibilização de equipamentos e equipes completas para execução dos trabalhos no prazo previsto.

8.4.2. Na área de perfuração deverão ser efetuadas, previamente, sondagens, abrangendo entre outros aspectos, camadas aquíferas, quantidade de água presumível, níveis hidrostáticos e hidrodinâmico e qualidade da água do lençol artesiano. Durante a sondagem retirar amostras do material terroso escavado para análises em laboratório,

determinando a camada aquífera, a qualidade da água e a vazão aproximada. Sendo de responsabilidade da contratada o envio das amostras para laboratório, sendo parte integrante do orçamento. Deverá ser traçado um perfil do caráter geológico de cada camada, como espessura, profundidade das camadas, determinando a profundidade do poço artesianos.

8.4.3. No transcorrer da perfuração deverá ser avaliada pela fiscalização a colocação ou não de colunas filtrantes/pré-filtro para captação das águas situadas na zona de contato rocha alterada/rocha sã. Os tubos de revestimento e as seções filtrantes deverão ter características anticorrosivas e anti-incrustações de acordo com a ação corrosiva e de incrustação da água do poço tubular.

8.4.4. No caso em que a empresa contratada venha a malograr na perfuração do poço até a maior profundidade especificada, ou no caso em que tenha de abandonar o poço devido à perda de ferramenta ou por qualquer outro motivo, o furo abandonado deverá, a expensas da mesma, ser tamponado de acordo com o estabelecido nas normas da ABNT, podendo remover o tubo de revestimento caso queira sem ônus para a contratante. O material permanecerá sendo de propriedade da contratada e não poderá ser reutilizado em outro poço da contratante. Nenhum pagamento será feito pelo poço perdido e pelo serviço de concretagem deste.

8.5. **Profundidade**

8.5.1. A profundidade dos poços está prevista para 90 m (noventa metros), podendo variar entre 90m (noventa metros) e 200m (duzentos metros), a depender das condições hidrogeológicas e geológicas do local a serem verificadas durante a construção dos poços.

8.6. **Diâmetros de perfuração**

8.6.1. O diâmetro mínimo inicial deverá ser de 8"/6" para o pacote de solo/rocha intemperizada, onde espera-se encontrar um latossolo vermelho-amarelo até uns 10 metros. Logo abaixo, a perfuração seguirá com o mesmo diâmetro em camada saprofítica até encontrar a rocha, onde a perfuração prosseguirá com o mesmo diâmetro até 90 metros. Abaixo dos 90 metros o diâmetro de perfuração será reduzido para e de 6"/5" em horizonte de rocha sã. Espera-se encontrar rochas do Grupo Metassilito intercaladas com metarritimitos, que são rochas do Grupo Paranoá

8.7. **Coleta e acondicionamento das amostras**

8.7.1. A amostra do material perfurado deverá ser coletada a cada 02 metros de profundidade, ou sempre que ocorrer qualquer mudança litológica, de coloração do material ou na velocidade de avanço da perfuração. As amostras coletadas serão acondicionadas em sacos plásticos ou de pano, etiquetados com as seguintes informações: número do poço, local, data, localidade e número de ordem e intervalo amostrado e deverão ser mantidas no canteiro de obra embaladas e organizadas em ordem crescente de profundidade à disposição da fiscalização.

8.7.2. A coleta de amostras de água, realizada na etapa de bombeamento do poço, é de responsabilidade da contratada que deverá enviá-las para laboratório, sendo parte integrante do orçamento.

8.7.3. As amostras são de propriedade da contratante e deverão ser entregues junto com o relatório do poço.

8.8. **Revestimento e filtros**

8.8.1. O poço será parcialmente revestido com tubos de revestimento em aço DIN 2440, ou PVC rígido tipo geomecânico. A coluna de revestimento deverá ter as extremidades rosqueadas e/ou soldadas, não sendo admitida a colocação de "bacalhau" na união para o caso de se utilizar rosca/luva. Somente serão admitidos pela fiscalização materiais novos (tubos de revestimento e luvas). A colocação da coluna de revestimento deve obedecer às condições especiais, de modo a evitar ocorrência de deformações ou ruptura de material que possam comprometer a sua finalidade ou dificultar a instalação dos equipamentos, garantindo a sua perfeita verticalidade.

8.8.2. Caso necessário, a parte revestida poderá ser dotada de coluna filtrante, com a abertura dos filtros e granulometria do pré-filtro compatíveis com a granulação da formação perfurada e espaço anelar compatível com o previsto na ABNT;

8.8.3. A entrada de água do lençol freático deve ser preventivamente isolada com cimentação até a profundidade de 06 a 10 metros. A inserção de coluna filtrante deverá ocorrer mediante avaliações sistemáticas do potencial hídrico encontrado no transcorrer de cada perfuração.

8.9. **Cimentação e laje de proteção sanitária**

8.9.1. O espaço anelar formado entre o tubo de revestimento interno e o tubo de revestimento externo (tubo de boca), ou a própria perfuração, deverá ser cimentado com uma pasta de cimento e areia, traço 1:3, até a profundidade de 2,00 metros, caso seja utilizada coluna filtrante. A cura do cimento deve ser prevista para 24 horas. Entretanto, com o uso de aditivos ou de cimento de cura rápida, este período poderá ser reduzido para 12 horas. Uma vez concluídos todos os serviços no poço, deverá ser construída uma laje de concreto, traço 1:3, com 1 metro de lado, envolvendo o tudo de revestimento. A laje deverá ter declividade de 2%, do poço para a borda e ter um ressalto periférico de 15 centímetros sobre a superfície do terreno.

8.10. **Boca do poço**

8.10.1. A boca do poço deverá ser de 0,5 metros acima da laje de proteção sanitária, podendo ser aumentada a critério da fiscalização em situações onde haja risco de inundação. A altura da boca do poço deverá ser descontada da profundidade do poço.

8.11. **Desenvolvimento**

8.11.1. O desenvolvimento do poço deverá ser feito utilizando-se métodos mecânicos, com aplicação do sistema “air lift” e , caso necessário, produtos químicos apropriados para a efetiva limpeza do sistema. O referido procedimento deverá servir como indicativo de produção do poço, para subsidiar o teste de produção. O desenvolvimento será considerado concluído quando for atingida uma turbidez igual ou menor que 1 NTU ou 10 mg de sólido para cada litro de água extraída durante a limpeza do poço. O injetor deverá estar posicionado abaixo da fenda mais profunda do poço. Caso exista a necessidade de caçambas para remoção do subproduto da perfuração (sólidos e fluidos de natureza bentonítica ou a base de polímeros orgânicos), esta será de responsabilidade do contratado.

8.12. **Motobomba**

8.12.1. Está previsto um conjunto de bombeamento composto de conjunto motobomba hidráulica centrífuga multiestágio, com motor elétrico trifásico de 380 volts, potência de 1.5 hp, 3500 rpm, com recalque de 3”, mínimo de 49 mca na vazão de 23 m³/h, das marcas KSB, Darka, Ebara, Leão ou Worthington; painel de comando completo 380 volts trifásico, cabo elétrico, tubo edutor, conexões, válvula de retenção, registros e outros necessários para garantir a qualidade na instalação e características que atendam a vazão ideal, podendo sofrer alterações nas definições a partir da análise de propostas e análise orçamentária.

8.13. **Testes de vazão**

8.13.1. A empresa contratada deverá fornecer todo equipamento de bombeamento e tubulação edutora e de descarga necessária à realização do teste. A descarga da água deverá ocorrer a uma distância adequada do poço de forma a não interferir no resultado do teste. Deverá fornecer e instalar dispositivos de capacidade e tipos aprovados para medição de vazão. Para valores iguais ou superiores a 50 m³/h, deverão ser utilizados medidores contínuos tipo venturi, orifício calibrado, vertedouros ou outros que melhor se adaptem a situação. Para vazões menores, poderão ser utilizados recipientes com capacidade mínima de 200 litros. O equipamento do teste de produção será uma bomba submersa e deverá ser dimensionada para vazão compatível com a previsão de produção do poço, de maneira que permita um rebaixamento mínimo de 20 metros.

8.13.2. Teste de vazão contínua com duração de 24 horas se o nível dinâmico estabilizar durante pelo menos nas últimas 6 horas do teste e o rebaixamento for maior do que 20 metros. Caso essa estabilização não ocorra nesse período, a vazão de bombeamento deverá ser reduzida em cerca de 20% e o teste prolongado por mais 12 horas, devendo o nível estabilizar durante as últimas 06 horas. As variações do nível de água deverão ser acompanhadas com medidor elétrico sensível, contendo plaquetas numeradas no cabo elétrico em intervalo de metro em metro e com anéis intermediários sem numeração. O eletrodo do medidor elétrico deverá descer no poço em tubulação de proteção independente. Deverá ser preenchida planilha de teste de produção e recuperação nos tempos abaixo determinados:

- De 0 às 2 horas, de 10 em 10 minutos;
- De 02 às 12 horas, de 30 em 30 minutos;
- De 12 às 24 horas, de 60 em 60 minutos.

8.13.3. Concluído o teste de produção é iniciado imediatamente o teste de recuperação do poço. O procedimento do teste consiste na medida do tempo de recuperação do nível estático original do poço. O teste de recuperação será dado como concluído quando o nível d’água retornar à posição original ou muito próxima do nível estático inicial.

8.13.4. O poço está na vertical quando seu eixo coincidir com a linha vertical que passa pelo centro da boca do poço e alinhada quando seu eixo é uma reta. Os poços perfurados deverão estar bem aprumados, para evitar que a bomba submersa trabalhe com certa excentricidade, e que tenha contato com a parede do tubo de revestimento. O

teste constará da descida de uma haste rígida com diâmetro de 1 centímetro inferior ao diâmetro nominal do poço e 12 metros de comprimento, devendo deslizar livremente até 24 metros abaixo do nível dinâmico do poço.

8.13.5. Após inteiramente construído o poço deverá ser completamente limpo, retirando-se todos os materiais estranhos, inclusive ferramentas, madeiras, cordas, fragmentos de qualquer natureza, cimento, óleo, graxa, tinta de vedação ou espuma. Em seguida, o poço deverá ser desinfetado com solução de cloro. A desinfecção deverá ser feita com solução de cloro que permita se obter um teor residual de 5 ppm de cloro livre em todas as partes do poço, com repouso mínimo de 2 horas.

8.13.6. A coleta de água deverá ser feita 12 horas após a desinfecção do poço, para análise físico-química e bacteriológica e deverá ocorrer após o bombeamento em descarga livre por um tempo mínimo de 2 (duas) horas, utilizando-se vasilhame adequado, fornecido pelo laboratório, desinfetado e com volume compatível. Antes da coleta, lavar a garrafa com água do poço e, a seguir, fazer a coleta diretamente da boca do poço. O prazo entre a coleta e a entrega da amostra do laboratório não deve exceder a 24 horas. Durante a coleta da água devem ser feitas as determinações de pH e de temperatura da água na boca do poço. A amostra coletada deverá ser conservada dentro do gelo durante o seu transporte até o local da análise. Observar as recomendações específicas do laboratório. Todo o procedimento e obtenção da análise ficam por conta da empresa contratada.

8.13.7. Depois de concluídas todas as etapas de construção e teste de produção do poço, o mesmo deverá ser lacrado com chapa soldada ou tampa rosqueável de maneira a impedir atos de vandalismo até sua utilização definitiva.

8.14. **Relatório técnico**

8.14.1. O Relatório Técnico do poço será parte integrante e indispensável do processo de pagamento, sem a entrega do Relatório não haverá pagamento.

8.14.2. A empresa CONTRATADA deverá entregar um Relatório Técnico do poço no qual constatará os documentos, conforme os modelos padronizados da contratante, todos assinados pelo responsável técnico (RT) do poço. O relatório deverá conter os seguintes elementos: nome do contratante; localização do poço; cota do terreno; método de perfuração e equipamentos utilizados; perfil litológico e profundidade final do poço; perfil composto; materiais utilizados com indicação de diâmetro, tipos e espessura; cimentações com indicações dos trechos cimentados; planilhas de teste final de produção, com todas as medidas efetuadas, duração, data, equipamentos e aparelhos utilizados; análise físico-química e bacteriológica da água, firmada por laboratório idôneo; indicação da vazão de exploração do poço e respectivo nível dinâmico; indicação do nome, número de registro no CREA e assinatura do profissional habilitado.

8.14.3. O conjunto de documentos que compõem o Relatório Técnico do Poço é:

8.14.3.1. Relatório do poço;

8.14.3.2. Perfil geológico e construtivo do poço;

8.14.3.3. Relatório dos testes de produção e recuperação;

8.14.3.4. Boletim de análises físico-químicas e bacteriológicas;

8.14.3.5. Anotação de responsabilidade técnica – ART;

8.14.3.6. Outorga.

8.14.4. Na elaboração do perfil geológico e construtivo do poço, especial atenção deve ser dada à representação e indicação das entradas d'água e zonas fraturadas.

8.14.5. As análises físico-químicas e bacteriológicas das águas para consumo humano devem obedecer à Portaria MS 2.914 de 12/12/2011. Entretanto, como a água a ser captada nos poços tubulares profundos tem sua destinação voltada ao suporte da irrigação de mudas em momentos de “stress hídrico” dos recursos superficiais, os padrões microbiológicos de potabilidade, de turbidez e de aceitação para consumo humano não se apresentam como requisitos fundamentais no escopo desses projetos. Por outro lado, isso não autoriza o Contratado a executar procedimentos técnicos à revelia da boa técnica construtiva, negligenciando o passo a passo previsto nas normas que regem a construção de poços tubulares, assim como os cuidados com a manipulação dos produtos e insumos utilizados nas etapas de perfuração e complementação dos poços em detrimento da qualidade final dessas águas.

8.14.6. O serviço de perfuração e instalação do poço artesiano, bem como do sistema de irrigação só serão aceitos após demonstração do sistema em pleno funcionamento.

8.14.7. A empresa deverá, além da entrega de todos os manuais, relatórios e As built, orientar, explicar e demonstrar aos funcionários da Novacap o manuseio, a operação e as manutenções do sistema instalado.

8.15. **Lista de materiais/serviços para poço tubular e conjunto de bombeamento**

DESCRIÇÃO MATERIAIS POÇO ARTESIANO		QUANT.	UNIDADE
1	TRANSPORTE E INSTALAÇÃO DA Sonda e MATERIAIS	01	und
2	PERFURAÇÃO EM SOLO/SEDIMENTO EM 6" DE 00 A 90 M	90	metros
3	PERFURAÇÃO EM ROCHA Sã EM 5" DE 90 A 100 M	10	metros
4	PERFURAÇÃO EM ROCHA Sã EM 5" DE 100 A 120 M	20	metros
5	REVESTIMENTO AÇO CARBONO 6" REFORÇADO	10	metros
6	REVESTIMENTO AÇO CARBONO DIN 2440 DE 5"	90	metros
7	DESENVOLVIMENTO E CÁLCULO DE VAZÃO	02	horas
8	VEDAÇÃO SANITÁRIA	01	und
9	LAJE DE PROTEÇÃO SANITÁRIA	01	und
10	TAMPA DO POÇO EM CHAPA DE AÇO	01	und
11	PRODUTO QUÍMICO PARA DESINFECÇÃO DO POÇO	10	litros
12	BOMBA SUBMERSA DE 1,5 HP 380 V TRIFÁSICO 4"	01	und
13	PAINEL DE COMANDO COMPLETO 380 V TRIFÁSICO	01	und
14	TUBULAÇÃO PVC DE 1.1/4" C/ LUVAS GALVANIZADAS	100	metros
15	CABO ELÉTRICO TRIFÁSICO 3X2,5 MM (SINTENAX OU SIMILAR)	100	metros
16	CORDA DE SEGURANÇA 12 MM ATÓXICA	80	metros
17	MATERIAL DE ISOLAMENTO E INSTALAÇÃO DA BOMBA	01	und

18	DESINFECÇÃO DO POÇO COM PRODUTOS BIODEGRADÁVEIS	01	und
19	NIPLE DE 1"	03	und
20	CURVA PVC ROSQUEÁVEL DE 1"	03	und
21	UNIÃO ROSQUEÁVEL DE 1"	03	und
22	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO HIDRÔMETRO CONFORME ADASA	01	und
23	RELATÓRIO TÉCNICO COMPLETO	01	und
24	ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA CONFORME PORTARIA 2914/11	01	und
25	TESTE DE VAZÃO DE 24 HORAS COM MOTOBOMBA SUBMERSA	01	und

9. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO, DAS QUANTIDADES E DOS VALORES DO SISTEMA DE IRRIGAÇÃO:

9.1. Visita técnica:

9.1.1. A empresa interessada primeiramente deverá realizar visita no local da prestação dos serviços. Não será motivo de inabilitação da licitante a não realização da visita. Entretanto, a não realização da visita implicará na aceitação tácita das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Informações para o agendamento das visitas: Departamento de Parques e Jardins da NOVACAP, telefone (61) 3403-2687.

9.2. Considerações gerais e requisitos do sistema

9.2.1. A irrigação das áreas verdes da Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida deverá servir para o desenvolvimento das plantas constantes desses locais, garantindo um aspecto de beleza ornamental. O sistema instalado deverá proporcionar cobertura homogênea de aplicação de água.

9.2.2. O sistema a ser instalado deve possuir equipamentos e materiais previamente selecionados para a boa aplicação de água em todo sistema, sendo o mesmo um sistema automatizado e embutido no solo. Tal sistema consiste em aspersores escamoteáveis, que emergem do solo quando a tubulação é submetida a pressão de água, promovendo a irrigação do das plantas (toda tubulação estará no mínimo a 40 cm de profundidade).

9.2.3. Serão utilizados rotores de longo, médio e pequeno alcance com diversos raios de atuação. Os aspersores devem submergir após a aplicação do volume de água aplicado. O sistema proposto funciona por acionamento em setores por meio de válvulas solenóides de comando elétrico. Com este sistema, temos maior controle da reposição de água no sistema solo/planta, trabalhando assim, conforme as estações do ano. Os aspersores devem ser instalados para que fiquem 3 cm abaixo do nível do gramado.

9.2.4. A empresa executora do gramado deverá fornecer instruções completas da operação e manutenção do sistema para todos os empregados responsáveis pela operação e também um completo manual de operação com as especificações da obra "As built".

9.2.5. Como parte da garantia do serviço de instalação do sistema de irrigação, a empresa licitada deverá prestar serviços de manutenção (preventiva e corretiva) sem custos adicionais para o contratante durante os 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à data de entrega definitiva.

9.3. Instalação dos sistemas de bombas e automação

9.3.1. A estação de bombeamento do sistema deve fornecer pressão e vazão necessárias, operando automaticamente, mesmo com quedas de pressão dentro do sistema.

9.3.2. O sistema deverá ser composto por 1 conjunto de motobomba com inversor de frequência integrado - 2 conjuntos X esybox-max -85-120 - 2 x 4,0 cv trifásico 380 volts (vazão 18 m³/h; pressão 70 m.c.a)

9.3.3. O sistema de automação da irrigação deverá apresentar 01 conjunto de filtragem de disco automático 120 mesh 20m³/h - barrilete flangeado 2" e 01 controlador integrado retrolavagem.

9.3.4. Os controladores citados neste item são sugestivos, a empresa contratada poderá utilizar de controladores equivalente, com as mesma funcionalidades ou superiores as apresentadas, as quais deverão ser submetidas, previamente, a aprovação do Departamento de Parques e Jardins, que poderá solicitar sua substituição sem ônus a Novacap.

9.3.5. A Catedral já possui uma casa de máquinas interna, a qual será utilizada para a alocação das bombas estando devidamente indicada na Planta Baixa do Projeto de Irrigação (167622025).

9.4. **Seleção dos aspersores e válvulas solenóides**

9.4.1. O sistema automático de irrigação consiste em aspersores escamoteáveis (enterrados) que submetidos a uma determinada pressão de água, faz emergir um pistão com bocal, realizando assim a irrigação. Ao término dessa pressão, o pistão se recolherá até 5,0 cm abaixo do nível da grama.

9.4.2. O sistema será dividido em setores, tendo como principal vantagem uma maior eficiência dos sistemas motobomba e tubulação necessários para a implantação e instalação, permitindo ainda um melhor gerenciamento do tempo de rega.

9.4.3. Cada setor é comandado por uma válvula solenóide, de acionamento elétrico, conforme projeto. O gerenciamento das válvulas é feito por um sistema de controlador central digital programável, sendo a este acoplado um sensor de chuva.

9.5. **Tipos de aspersores**

9.5.1. Aspersores Rain Bird modelo 3504, com taxa de precipitação de 9 a 18 mm/h Raio de 4,6 a 10,7 m. Pressão de 1,7 a 3,8 bars e vazão de 0,12 a 1,04 m³/h e seus respectivos bocais.

9.5.2. Aspersores Rain Bird modelo 5004 com taxa de precipitação de 5 a 26 mm/h Raio de 7,6 a 15,2 m. Pressão de 1,7 a 4,5 bars e vazão de 0,17 a 2,18 m³/h e seus respectivos bocais.

9.5.3. Aspersores modelo UNI-Spray 1804, pressão de serviço de 1,0 a 2,1 bars.

9.5.4. O sistema poderá ser programado de acordo com a conveniência e necessidades de aplicação de água, possibilitando regas diárias, alternadas ou em qualquer horário.

9.6. **Tubulação principal e laterais (linhas de irrigação) acessórios, conexões e cabos elétricos**

9.6.1. Todas as tubulações principais e laterais devem ser de tubos soldáveis de PVC. As tubulações devem ser fornecidas por Tigre ou equivalentes. Serão utilizados tubos de 6 m de PVC de 32mm, 50mm, 75 mm e tubos de PVC de 100 mm. Outros materiais como curvas, bocais para aspersores, tês, joelhos, bocais, etc, estarão discriminados no item 7.14.

9.6.2. Para a instalação da parte elétrica do sistema, assim como tubos, disjuntores, caixas, conectores, fiação e demais materiais encontram-se discriminados no item 7.14.

9.6.3. Deverá constar das atividades previstas para a implantação e instalação do sistema de irrigação, a escavação de valetas 20X30 cm e de 40X40 cm para a instalação de tubulações hidráulicas e elétricas que compõem o sistema automatizado de irrigação, também previstas no item 7.14. As valetas que necessitarem, para o seu fechamento, de camada asfáltica deverão, na parte que cabe à recuperação asfáltica, serem recuperadas pela NOVACAP, já as calçadas de concreto que precisarem ser removidas deverão ser reconstruídas pela empresa CONTRATADA em conformidade com todos os padrões e normas vigentes.

9.7. **Percurso da tubulação e Instalação dos tubos**

9.7.1. A implantação e instalação do sistema de irrigação deverá ser feito pela Empresa Contratada, de acordo com o projeto para assegurar-se que todas as características sejam levadas em consideração e preservadas durante toda a obra. Quando as condições do terreno ou construções existentes exigirem a troca do traçado original da tubulação mostrada no projeto, as dimensões dos tubos deverão ser mantidas para que não afetem o balanço hídrico do sistema. O traçado da tubulação e a locação de encaixes de válvulas, etc; devem ser marcados pela Empresa Contratada, utilizando-se estacas de fácil visualização.

9.7.2. Toda a tubulação principal e lateral deverá ser instalada numa profundidade mínima de 40 cm. Os cabos de controle instalados junto com a tubulação também deverão estar numa profundidade mínima compatível com a tubulação. Todos os finais de tubulações que ficarem expostos dentro das valetas deverão ser tampada no final de cada dia de trabalho, pois as mesmas podem ser entupidas com sujeira ou lama na ocorrência de chuvas. Em nenhuma circunstância as tubulações poderão ser remodeladas ou dobradas ou conectadas com os acessórios com o uso de calor ou outros meios. Os tubos e os acessórios devem ser instalados da mesma maneira que forem entregues pelo fabricante.

9.8. **Abertura e recuperação de Valetas**

9.8.1. Para a abertura de valetas, admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante o uso de ferramentas manuais e de valetadeira adequadamente dimensionadas para o trabalho.

9.8.2. Os materiais empregados para camadas preparatórias para o assentamento serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente de corte. Sob qualquer condição, a superfície de assentamento deverá ser compactada de modo a resultar uma base firme e bem desempenada.

9.8.3. Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora e levada para o depósito da Novacap.

9.8.4. A recomposição das áreas de valetas, compactação e recuperação será efetuada pela empresa Contratada. Somente no caso de recomposição de valetas feitas em que o corte seja efetuado em área de pavimentação asfáltica, a recomposição dessas deverá ser feita pela empresa Contratada, ficando apenas a recuperação asfáltica responsável pela Novacap.

9.9. **Linhas principais e montagem de válvulas laterais, instalação de caixas de válvulas e válvulas solenóides**

9.9.1. Todas as válvulas e montagem de válvulas devem estar de acordo com a capacidade máxima de pressão de trabalho do sistema e estar de acordo com as especificações.

9.9.2. As tampas das caixas de válvulas devem ser localizadas no mesmo nivelamento final do terreno, sendo o local de fácil acesso para os operadores de forma a facilitar a manutenção.

9.10. **Condições gerais e requisitos para obras de irrigação**

9.10.1. A Empresa Contratada para instalar e implantar o sistema de irrigação interno da Catedral deve ser responsável pela programação correta e pela manutenção contínua e automática do sistema de irrigação durante o período de teste até a emissão do certificado final de conclusão das obras. **Fornecer manual de manutenção e informação e as plantas “As Built”.** A empresa deve fornecer as plantas de forma contínua no período de contrato e, em períodos intervalados, submeter ao fiscal da obra.

9.10.2. A empresa deve notificar por escrito ao fiscal da obra declaração sobre os testes do sistema.

9.10.3. Após toda a instalação do sistema de irrigação a contratada deverá providenciar a manutenção do sistema por um período de 180 (cento e oitenta dias) garantindo, desta forma, o pleno funcionamento do sistema instalado.

9.11. **Relatório fotográfico**

9.11.1. O Relatório fotográfico será parte integrante e indispensável do processo de pagamento, sem a entrega do Relatório não haverá pagamento.

9.12. Durante a execução do serviço de implantação e instalação do Sistema de Irrigação a empresa contratada deverá elaborar um Relatório Fotográfico Diário, assinado pelo Responsável Técnico (RT) do sistema de irrigação da CONTRATADA, apontando:

- 9.12.1. Data e horário de início, desenvolvimento e conclusão do expediente, registrando as atividades desenvolvidas ao longo do dia, os empregados presentes na execução do serviço, as máquinas, veículos e equipamentos utilizados, além do registro fotográfico de todos os materiais empregados na implantação.
- 9.12.2. O Relatório deve ser elaborado pela contratada diariamente e as fotos deverão ser encaminhadas, em tempo real, para o telefone do executor do contrato.
- 9.12.3. A entrega do Relatório deve ser feita semanalmente, toda sexta-feira, ao executor de contrato para acompanhamento da execução do serviço e o Relatório final mensal deverá ser entregue para anexo ao processo e para fins de pagamento.
- 9.12.4. O relatório deverá documentar visualmente as principais fases da instalação, incluindo: fotos nítidas e legendadas de todas as etapas da execução, descrições detalhadas dos serviços e componentes, observações relevantes (ex: "tubulação instalada a X profundidade", "aspersor modelo Y", "vazamento reparado"), imagens do sistema finalizado demonstrando sua cobertura, e fotos da área após a conclusão do serviço, evidenciando sua desocupação e limpeza.
- 9.12.5. Além do Relatório Fotográfico Diário a empresa contratada deverá entregar o Relatório de Medição apontando os materiais utilizados na execução do serviço no mês, os respectivos quantitativos e valores unitários e totais para fins de pagamento.
- 9.12.6. A Contratante, a qualquer momento, poderá solicitar qualquer informação relativa ao andamento e execução do serviço contratado neste Projeto Básico.
- 9.12.7. O RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DIÁRIO E O RELATÓRIO DE MEDIÇÃO SÃO PARTES INTEGRANTES DO PROCESSO DE PAGAMENTO, DE MODO QUE A NÃO ENTREGA DE TAIS DOCUMENTOS IMPLICARÁ NA IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO.
- 9.13. **Lista de materiais/serviços para irrigação**

IRRIGAÇÃO ÁREA VERDE - CATEDRAL				
ITEM	RELAÇÃO DE MATERIAIS MOTOBOMBA + ACESSÓRIOS	QUANT.	UNIDADE	MARCA
1	CONJUNTO MOTOBOMBA COM INVERSOR DE FREQUENCIA INTEGRADO - 2 CONJUNTOS X ESYBOX-MAX -85-120 - 2 X 4,0 CV TRIFASICO 380 VOLTS (Vazão 18 m³/h; Pressão 70 m.c.a)	1	UNIDADE	FAMAC OU SIMILAR
2	BASE DE INSTALAÇÃO MOTOBOMBA 2 ESYBOX (ESYDOCK MAX) (DUPLO)	1	UNIDADE	FAMAC OU SIMILAR
3	CONJUNTO FILTRAGEM DE DISCO AUTOMÁTICO 120 MESH 20M³/H - BARRILETE FLANGEADO 2" + CONTROLADOR INTEGRADO RETROLAVAGEM	1	UNIDADE	AZUD OU SIMILAR
4	TANQUE D'AGUA POLIETILENO 20.000 L	2	UNIDADE	FORTLEV / SIMILARES
5	FLANGE CAIXA D'AGUA 75 X 2.1/2"	5	UNIDADE	
6	REGISTRO ESFERA LATÃO 2.1/2"	3	UNIDADE	
7	NIPEL GALVANIZADO 2"	6	UNIDADE	
8	UNIÃO GALVANIZADO 2"	2	UNIDADE	
9	REGISTRO GAVETA BRONZE 2"	1	UNIDADE	
10	LUVA GALVANIZADA RED MF 2.1/2" X 2"	2	UNIDADE	
11	BUCHA RED GALVANIZADA 3 X 2.1/2"	2	UNIDADE	
12	BUCHA RED GALVANIZADA 1/2 X 1/4"	4	UNIDADE	
13	MANOMETRO GLICERINA 0-10 KGF X 1/4"	4	UNIDADE	

14	HIDROMETRO TURBO IR FLANGEADO 3"	1	UNIDADE	BERMAD OU SIMILAR
15	VALVULA RETENÇÃO HORIZONTAL BRONZE 2.1/2"	1	UNIDADE	DOCOL/DECA OU SIMILAR
16	JUNTA PLANA BORRACHA 2"	3	UNIDADE	
17	CABO ELETRICO COBRE PP 1KV 6 MM	150	METROS	
18	CABO COBRE NU 10 MM	20	METROS	
19	CABO COMANDO ELETRICO COBRE DUPLA ISOLAÇÃO 1KV SINAX 1,5 MM AZUL	4500	METROS	
20	CABO COMANDO ELETRICO COBRE DUPLA ISOLAÇÃO 1KV SINAX 1,5 MM PRETO	1300	METROS	
21	CONDUITE FLEXIVEL CORRUGADO 2" (63 mm) COM GUIA	900	METROS	
22	FITA WALSYWA PERFURADA 19 X 30 M	2	UNIDADE	
23	FITA ISOLANTE 20 M	4	UNIDADE	
24	FITA ISOLANTE AUTAFUSÃO 10M	2	UNIDADE	
25	CANALETA PVC CINZA 50 MM FECHADO X 30 MM ABERTO X 2000 MM	5	UNIDADE	
26	HASTE ATERRAMENTO 1/2 X 2,4m	3	UNIDADE	
27	CONECTOR PARA HASTE DE ATERRAMENTO 1/2"	3	UNIDADE	
28	TERMINAL COMPRESSÃO CABO 6 MM	16	UNIDADE	
29	CONECTOR PERFURANTE PARA CABO 6 - 35 MM	4	UNIDADE	
30	PARAFUSO SEXTAVADO 1/2" X 2.1/2"	12	UNIDADE	
31	PORCA SEXTAVADA 1/2"	12	UNIDADE	
32	ARRUELA ZINCADA 1/2"	24	UNIDADE	
33	CHUMBADOR PARABOLT 5/16"	8	UNIDADE	
34	PARAFUSO SEXTAVADO ROSCA SOBERBA 5/16 X 60	20	UNIDADE	
35	PARAFUSO PHILIPS CHIPBOARD 4,0 X 40	200	UNIDADE	
36	BUCHA FIXAÇÃO 12" SEM ABA	20	UNIDADE	
37	BUCHA FIXAÇÃO 6" SEM ABA	200	UNIDADE	
RELAÇÃO MATERIAL PVC - U		QUANT.	UNIDADE	MARCA
38	ADAPTADOR PVC - U SOLDAVEL MACHO 75 X 2.1/2"	12	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
39	ADAPTADOR PVC - U SOLDAVEL MACHO 63 X 2"	10	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
40	JOELHO PVC - U 90° SOLDAVEL 63 MM	8	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
41	JOELHO PVC - U 45° SOLDAVEL 63 MM	4	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
42	JOELHO PVC - U 90° SOLDAVEL 75 MM	8	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
43	JOELHO PVC - U 45° SOLDAVEL 75 MM	3	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
44	LUVA DE UNIÃO PVC -U SOLDAVEL 75 MM	5	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR

45	LUVA DE UNIÃO PVC -U ROSCAVEL 2"	4	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
46	LUVA REDUÇÃO PVC - U 75 X 63 MM	5	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
47	NIPEL PVC - U ROSCAVEL 2"	8	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
48	LUVA PVC - U SOLDABEL 75 MM	8	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
49	LUVA PVC - U SOLDABEL 63 MM	5	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
50	BUCHA CURTA PVC - U 75 X 63 MM	4	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
51	PONTA PARA FLANGE PVC - U SOLDABEL 63 MM	3	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
52	FLANGE SOLTA PVC - U 63 MM	3	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
53	COLAR DE TOMADA REFORÇADO PEAD 75 X 2"	2	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
54	COLAR DE TOMADA REFORÇADO PEAD 75 X 1.1/2"	1	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
55	COLAR DE TOMADA REFORÇADO PEAD 75 X 1/2"	1	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
56	COLAR DE TOMADA PARA PEAD 50 X 1"	18	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
57	TUBO PVC - U SOLDABEL 63 MM X 3,0 METROS	4	BARRAS	PVC-U OU SIMILAR
58	TUBO PVC - U SOLDABEL 75 MM X 3,0 METROS	5	BARRAS	PVC-U OU SIMILAR
59	ADESIVO WELD-ON 473 ML	5	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
60	SOLUÇÃO LIMPADORA PREMIER P68 473ML	3	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR
RELAÇÃO MATERIAL RAIN BIRD		QUANT.	UNIDADE	MARCA
61	CONTROL. P/ IRRIG. MODULAR ESP-4ME3 230V PARA WIFI E SENSOR DE FLUXO	1	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
62	MÓDULO EXPANSÃO 6 ESTAÇÕES P/ CONTROL. MODULAR ESP-ME	2	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
63	SENSOR DE CHUVA RSD	1	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
64	SENSOR DE FLUXO 1-1/2" BSP T FEMEA	1	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
65	MODULO LNK2 WIFI PARA CONTROLADORES RESIDENCIAIS	1	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
66	CAIXA PARA VÁLVULA SOLENÓIDE DE 6" MOD PVB COM TAMPA VERDE	6	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
67	CAIXA PARA VÁLVULA SOLENÓIDE RETANGULAR DE 12" MOD. VB-STD	19	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
68	VÁLVULA P/ IRRIG. 300-PES-B 3"	1	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
69	VÁLVULA P/ IRRIG. 200 PGA	17	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
70	ASPERSOR ROTOR P/ IRRIG. 3504 CIRCULO CHEIO OU PARCIAL	55	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
71	ASPERSOR ROTOR P/ IRRIG. 4" 5004 PLUS	250	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
72	ASPERSOR SPRAY ESC. 4" P/ IRRIG. 1804	100	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
73	BOCAL ROTATIVO ARCO AJUSTÁVEL R-VAN 24 (5,2 a 7,3m) 0° a 270°	15	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
74	BOCAL ROTATIVO ARCO AJUSTÁVEL R-VAN 18 (4,3 a 5,2m) 0° a 270°	85	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
75	CONECTOR DE 1/2" SBE 050	180	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
76	CONECTOR DE 3/4" SBE 075	680	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
77	TUBO FLEXÍVEL SWING PIPE EXTRA FLEXÍVEL (BOBINA 30 M)	450	METROS	RAIN BIRD OU SIMILAR
78	TUBO GOT. SUB. P/ IRRIG. ESP-30 CM, 3,41LPH (BOB 152,4 M)	304,8	METROS	RAIN BIRD OU SIMILAR
79	JOELHO P/ TUBO DRIPLINE 17MM	100	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
80	TÊ P/ TUBO DRIPLINE 17MM	100	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR

81	ADAPT P/ TUBO GOTEJADOR 3/4" F X 17 MM	50	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
82	UNIÃO P/ TUBO DRIPLINE 17MM	50	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
83	CONECTOR DE CABOS ELETRICOS IMPERMEAVEL (PACOTE COM 10 UD)	10	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
84	BANDEIRA P/ MARC. OBRA RAIN BIRD AMARELA	100	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
85	BANDEIRA P/ MARC. OBRA RAIN BIRD LARANJA	100	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
86	BANDEIRA P/ MARC. OBRA RAIN BIRD AZUL	250	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR
RELAÇÃO DIVERSOS		QUANT.	UNIDADE	MARCA
87	ADESIVO INCOLOR 850 G	20	UNIDADE	
88	ADESIVO EXTRAFORTE 850 G	10	UNIDADE	
89	SILICONE ACETIVO 280G	6	UNIDADE	
90	SELANTE PU40 280G	2	UNIDADE	
91	LIXA FERRO	20	UNIDADE	
92	ESTOPA CONVENCIONAL 150 G	20	UNIDADE	
93	PINCEL 3/4"	10	UNIDADE	
94	LAMINA SERRINHA	10	UNIDADE	
95	SOLUÇÃO LIMPADORA 1L	15	UNIDADE	
96	FITA VEDA ROSCA 18 X 40 M	50	UNIDADE	
97	ADAPTADOR IRRIGA 50 X 2"	40	UNIDADE	PVC
98	UNIÃO SOLDAVEL IRRIGA 50 MM	35	UNIDADE	PVC
99	VALVULA VENTOSA TRIPLICE FUNÇÃO 1"	18	UNIDADE	BERMAD OU SIMILAR
100	COLAR DE TOMADA IRRIGA 100 X 1"	5	UNIDADE	PVC
101	TE IRRIGA 75 X 3/4"	50	UNIDADE	PVC
102	TE IRRIGA 50 X 3/4"	100	UNIDADE	PVC
103	TE SOLDAVEL 32 X 3/4"	500	UNIDADE	PVC
104	TE IRRIGA 100 MM	3	UNIDADE	PVC
105	TE IRRIGA 75 MM	25	UNIDADE	PVC
106	TE IRRIGA 50 MM	30	UNIDADE	PVC
107	TE SOLDAVEL 32 MM	80	UNIDADE	PVC
108	CAP IRRIGA 100 MM	3	UNIDADE	PVC
109	CAP IRRIGA 75 MM	40	UNIDADE	PVC
110	CAP IRRIGA 50 MM	15	UNIDADE	PVC
111	CAP SOLDAVEL 32 MM	200	UNIDADE	PVC
112	TE IRRIGA RED 100 X 50 MM	20	UNIDADE	PVC
113	TE IRRIGA RED 75 X 50 MM	50	UNIDADE	PVC
114	TE IRRIGA RED 75 X 32 MM	90	UNIDADE	PVC
115	TE IRRIGA RED 50 X 32 MM	40	UNIDADE	PVC
116	CURVA IRRIGA 90° 100 MM	8	UNIDADE	PVC

117	CURVA IRRIGA 45° 100 MM	8	UNIDADE	PVC
118	JOELHO IRRIGA 90° 75 MM	40	UNIDADE	PVC
119	CURVA IRRIGA 45° 75 MM	30	UNIDADE	PVC
120	JOELHO IRRIGA 90° 50 MM	80	UNIDADE	PVC
121	CURVA IRRIGA 45° 50 MM	30	UNIDADE	PVC
122	JOELHO 90° SOLDAVEL 32 MM	200	UNIDADE	PVC
123	JOELHO 45° SOLDAVEL 32 MM	100	UNIDADE	PVC
124	LUVA RED IRRIGA 100 X 75 MM	5	UNIDADE	PVC
125	LUVA RED IRRIGA 75 X 50 MM	40	UNIDADE	PVC
126	LUVA RED IRRIGA 50 X 32 MM	30	UNIDADE	PVC
127	TUBO IRRIGA PN 80 100 MM - BARRA 6 M	120	BARRAS	PVC
128	TUBO IRRIGA PN 80 50 MM - BARRA 6 M	10	BARRAS	PVC
129	TUBO IRRIGA PN 60 75 MM - BARRA 6 M	100	BARRAS	PVC
130	TUBO IRRIGA PN 60 50 MM - BARRA 6 M	100	BARRAS	PVC
131	TUBO IRRIGA PN 60 32 MM - BARRA 6 M	475	BARRAS	PVC
132	LUVA IRRIGA 100 MM	15	UNIDADE	PVC
133	LUVA IRRIGA 75 MM	20	UNIDADE	PVC
134	LUVA IRRIGA 50 MM	20	UNIDADE	PVC
135	LUVA SOLDAVEL 32 MM	100	UNIDADE	PVC
VALETAMENTO		QUANT.	UNIDADE	MARCA
136	ABERTURA E RECUPERAÇÃO DE VALETAS 30 X 30 EM SOLO	290	m³	
137	ABERTURA E RECUPERAÇÃO DE VALETAS 40 X 50 EM ASFALTO / CONCRETO	21	m³	
138	ABERTURA E RECUPERAÇÃO DE VALETAS 40 X 40 EM SOLO	80	m³	

9.13.1. O serviço de perfuração e instalação do poço artesiano, bem como do sistema de irrigação só serão aceitos após demonstração do sistema em pleno funcionamento.

9.13.2. A empresa deverá, além da entrega de todos os manuais, relatórios e As built, orientar, explicar e demonstrar, aos funcionários da Novacap, o manuseio, a operação e as manutenções do sistema instalado.

9.14. Todos os materiais utilizados pela empresa para a instalação e implantação do sistema de irrigação devem ser de primeira qualidade e aprovados pela fiscalização da Novacap, que poderá solicitar a sua substituição caso não atendam aos critérios de qualidade, sem ônus para a Novacap.

9.15. COMPOSIÇÃO DE EQUIPE PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.15.1. A composição de equipe necessária para administração e execução do objeto de contratação está definida na tabela a seguir:

Função	Quantidade	Período de execução do serviço	Período de Manutenção e acompanhamento
Responsável Técnico - Engenheiro(a) Civil ou Engenheiro(a) Agrônomo - Pleno	1	90 dias	180 dias
Supervisor - Técnico(a) Agrícola ou Técnico(a) em Irrigação ou Bombeiro(a) Hidráulico	1	90 dias	180 dias
Eletricista	1	90 dias	-
Auxiliares de instalação	4	90 dias	-
Operador de maquinário pesado	1	90 dias	-
Auxiliares de manutenção	2	-	180 dias

9.16. O período de execução (90 dias), de manutenção (180 dias) e de acompanhamento poderão sofrer alterações definida pelo Departamento de Parques e Jardins a depender da execução do serviço.

9.17. Todos os serviços que envolverem anotação técnica deverão ter Responsável Técnico habilitado devidamente registrado e habilitado no CREA ou outro Conselho afim regulamentado. Os serviços que não envolverem anotação técnica deverão ainda assim ter responsável técnico, mesmo que este não esteja presente no serviço.

9.18. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento da mão de obra e respectiva despesa (com base no salário e em outros direitos e vantagens fixados para cada categoria, através de Convenção Coletiva de Trabalho, Dissídio Coletivo ou outra forma prevista em Lei), bem como pelas obrigações e encargos referentes a Previdência Social.

9.19. Os quantitativos de materiais e serviços de irrigação listados na tabela do item 9.13 são estimados e foram identificadas a partir da elaboração dos projetos, sendo assim poderão ser alteradas a partir de avaliação/execução durante a prestação do serviço, desde que o valor do serviço não ultrapasse o valor contratual, mantendo a boa qualidade dos materiais com vista a longa duração destes e desde que mantenha os polígonos a serem irrigados.

9.20. Ao longo da execução do serviço de implantação e instalação de sistema de irrigação será admitida a adequação de alguns materiais e serviços de irrigação com vistas a viabilizar a execução do serviço contratado, desde que devidamente justificado e autorizado pelo Departamento de Parques e Jardins, desde que o valor do serviço não ultrapasse o valor contratual, desde que mantenha a boa qualidade dos materiais com vista a longa duração destes e desde que mantenha os polígonos a serem irrigados.

9.21. Será permitido a proposição de novas tecnologias para implantação e instalação de sistema de irrigação, desde que devidamente justificado e autorizado pelo Departamento de Parques e Jardins, desde que o valor do serviço não ultrapasse o valor contratual, desde que mantenha a boa qualidade dos materiais com vista a longa duração destes e desde que mantenha os polígonos a serem irrigados.

9.22. Durante a execução do serviço, caso a contratada cause danos em equipamentos públicos e/ou privados, deverão ser reparados à suas expensas, sem que haja ônus a NOVACAP.

9.23. **Da fiscalização:**

9.23.1. A prestação do serviço de implantação e instalação do sistema de irrigação será fiscalizado pelo Departamento de Parques e Jardins, através de empregados nomeados por instrumento interno, para acompanhamento, verificação, recebimento e conferência de toda documentação exigida nesse instrumento, em conformidade com as obrigações previstas no presente Estudo Técnico Preliminar.

- 9.23.2. O Fiscal nomeado pela NOVACAP anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à prestação do serviço, determinando, quando for necessário, à regularização das pendências e defeitos da mesma.
- 9.23.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Executor do Contrato/Fiscalização deverão ser comunicadas à autoridade competente para adoção das medidas cabíveis.
- 9.23.4. Os contratos serão executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas estabelecidas no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.
- 9.24. **Problemas não previstos no padrão de qualidade:**
- 9.24.1. Desde já, entende-se que dúvidas e/ou problemas quanto ao padrão de qualidade do serviço prestado, serão dirimidas pelo corpo técnico do DPI/NOVACAP e expressamente informada à(s) contratada(s).

10. **DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES**

- 10.1. Os documentos técnicos relativos a esta contratação são compostos, de forma complementar, pelos documentos relacionados no item "DOCUMENTOS TÉCNICOS" deste Projeto Básico e anexos do Edital e poderão ser utilizados como base de tomada de decisão pela Contratante.
- 10.2. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos técnicos, fica estabelecido que:
- 10.3. Em caso de divergência entre as especificações técnicas dos documentos que compõem este Projeto Básico e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão estas últimas.
- 10.4. Em caso de dúvidas quanto à interpretação das prescrições contidas nas especificações técnicas e nos documentos que compõem este Projeto Básico, serão consultados os autores dos documentos e a FISCALIZAÇÃO.
- 10.5. Em caso de divergência entre o arquivo digital e o respectivo documento impresso e anexado ao processo, prevalecerá sempre o último.
- 10.6. Para efeito de interpretação de divergências fica estabelecido que a CONTRATADA deverá consultar o Departamento de Parques e Jardins.

11. **CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS PELA CONTRATADA**

- 11.1. Antes da data de apresentação da proposta para prestação de serviço objeto do presente Projeto Básico a PROPONENTE deverá:
- 11.2. Fazer minucioso estudo, verificando a compatibilização das informações apresentadas nas especificações técnicas e nos demais documentos elencados no item "DOCUMENTOS TÉCNICOS".
- 11.3. Após verificação preliminar, dar imediata comunicação por escrito à NLC/PRES/NOVACAP, conforme prazo estabelecido em Edital, apontando dúvidas e/ou irregularidades que tenha observado, inclusive sobre quaisquer transgressões às legislações e normas vigentes, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento do objeto a ser contratado.
- 11.4. Caso sejam encontradas pelas licitantes as faltas descritas no item 10.3 e não forem devidamente apontadas na fase da licitação, as correções serão obrigatórias pela empresa Contratada, sem ônus pela Contratante.

12. **EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO**

12.1. As PROPONENTES deverão comprovar que possuem, ou se comprometem a montar matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, com pessoal qualificado e em quantidade suficiente para gerir o contrato.

12.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da arrematante, que efetivamente prestará os serviços:

a) Se a licitante arrematante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; e

b) Se a arrematante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, sendo dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.3. **Da Comprovação de Qualificação Técnica**

12.3.1. Em respeito ao que preceitua o Tribunal de Contas do Distrito Federal, também para que os objetivos buscados pelo presente ato alcancem resultados satisfatórios, será necessária por parte das LICITANTES ARREMATANTES, comprovação de aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto licitado.

12.3.2. As PROPONENTES, obrigatoriamente, deverão apresentar Certidão de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou por meio eletrônico/via internet, da sede da empresa licitante, dentro do prazo de validade. Se a empresa CONTRATADA, for de outra praça, no ato da CONTRATAÇÃO deverá apresentar a Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA do Estado de origem, e esta deverá ser obrigatoriamente visada pelo CREA/DF, de acordo com o art. 69, da Lei 5.194, de 24/12/66 e Resolução n.º 265, de 15/12/79 do CONFEA.

12.4. **Dos Acervos Técnicos**

12.4.1. Do Responsável Técnico - O Responsável Técnico da PROPONENTE deverá comprovar ter executado, a qualquer tempo, obras/serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução n.º 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da (s) Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT) e indicação da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnicas (ART) emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução do serviço descrito na tabela abaixo:

Descrição dos serviços
Implantação do sistema de irrigação automatizado

12.5. **Da Empresa**

12.5.1. As empresas PROPONENTES deverão demonstrar sua capacidade técnica operacional, comprovando ter executado, a qualquer tempo, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s). O (s) atestado(s) para capacidade operativa da empresa deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do licitante, bem como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução n.º 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para cada um dos diferentes serviços.

12.5.2. A empresa licitante deverá comprovar Acervo Técnico de implantação de pelo menos 01 (um) sistema de irrigação automatizado e ao menos perfuração e instalação de 01 (um) poço artesiano.

12.6. Será permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade, ou de vários atestados a serem utilizados nessa finalidade, devendo tal(is) certidão (ões) e/ou atestado (s), serem acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a LICITANTE ou que já tenha

figurado como responsável técnico da Empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do LICITANTE, bem como a empresa CONTRATADA para a execução dos serviços, no teor do art. 64, da Resolução n.º 1.025/09 - CONFEA.

art. 64. O registro de atestado será efetivado por meio de sua vinculação à CAT, que especificará somente as ARTs a ele correspondentes.

§ 1º A veracidade e a exatidão das informações constantes do atestado são de responsabilidade do seu emitente.

§ 2º A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

§ 3º A CAT apresentará informações ou ressalvas pertinentes em função da verificação do registro do profissional e da pessoa jurídica à época da execução da obra ou da prestação do serviço, bem como dos dados do atestado em face daqueles constantes dos assentamentos do Crea relativos às ARTs registradas.

§ 4º O atestado registrado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha ser a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Seção III

Da Inclusão ao Acervo Técnico de Atividade Desenvolvida no Exterior

12.7. O vínculo do(s) Responsável(eis) Técnico(s) indicado(s) pela empresa deverá ser demonstrado apenas pela licitante vencedora, no momento da contratação (Decisão nº 002/2012 do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF). É vedada a indicação de um mesmo engenheiro como responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as empresas envolvidas.

12.8. A comprovação será feita mediante apresentação de Declaração/Atestado de Capacidade Técnica Operacional - CTO, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a LICITANTE ARREMATANTE prestou ou está prestando, com resultados satisfatórios.

12.9. É vedada a indicação da mesma Declaração/Atestado de Capacidade Técnica Operacional - CTO, como instrumento de garantia para mais de uma empresa PROPONENTE.

12.10. Ainda que o contrato a que se refere o atestado tenha sido executado por um consórcio de empresas, do qual a atual licitante tenha feito parte, a Novacap somente poderá considerar, para fins de qualificação no presente procedimento licitatório, as parcelas que efetivamente foram executadas pela empresa licitante.

12.11. A LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

12.12. O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Novacap possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

12.13. A Novacap se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, conforme artigo 85 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

12.14. Serão desclassificadas as licitantes que não possuem atestado de capacidade conforme o especificado nesse item **"EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO"**.

13. DAS PROPOSTAS

13.1. Da apresentação da proposta:

13.1.1. A PROPONENTE deverá considerar, para efeito da elaboração de sua proposta de preço, que os respectivos quantitativos são aqueles apresentados no item "DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES, DOS VALORES E DO SERVIÇO" deste Projeto Básico. Caso seja verificada, durante a execução do objeto, a necessidade de alterações nos quantitativos previstos, estas deverão respeitar as disposições do item "ALTERAÇÕES CONTRATUAIS" deste Projeto Básico.

13.1.2. Eventuais divergências detectadas pela PROPONENTE nos documentos elencados no item "DOCUMENTOS TÉCNICOS" deverão ser comunicadas a esta Companhia.

- 13.1.3. Após a assinatura do Contrato, ficará pressuposta a concordância tácita da CONTRATADA com todos os documentos elencados no item "DOCUMENTOS TÉCNICOS" e anexos ao Edital, não cabendo-lhe quaisquer alegações posteriores sobre divergências entre os mesmos e nem de desconhecimento ou omissões.
- 13.1.4. As licitantes deverão apresentar o Demonstrativo de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) adotado na proposta, e este deverá estar em conformidade com o modelo fornecido pela NOVACAP (**Doc. SEI/GDF 167989366**), conforme critério com ou sem desoneração adotado pela licitante, composto dos mesmos itens e calculado pela fórmula apresentada no modelo.
- 13.2. As licitantes deverão apresentar a composição de preço unitário do material no mesmo formato das apresentadas na Estimativa de Custo e Orçamento (**Doc. SEI/GDF 167989366**), nas seguintes condições:
- 13.2.1. A composição de preço unitário deverá expressar detalhadamente todos os insumos e serviços para sua formação – material e serviços associados, com a discriminação dos seus coeficientes de consumo, unidades, custos unitários e totais;
- 13.2.2. A composição de preço unitário deverá apresentar também os valores dos impostos incidentes no serviço e BDI;
- 13.2.3. A composição de preço unitário deverá estar em conformidade com as respectivas descrições, unidades e totalizações apresentadas na proposta da PROPONENTE;
- 13.2.4. O preço global da proposta deverá ser inferior ou no máximo igual ao estimado pelo DPJ (por lote).
- 13.2.5. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua entrega.
- 13.3. Das regras das fases de lances, de desempate, de negociação e de apresentação das propostas e de documentação:
- 13.3.1. Serão seguidas as regras apresentadas no art. 116 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 13.3.2. Dos critérios de desclassificação das propostas:
- 13.3.3. Serão desclassificadas as propostas que contenham vícios insanáveis;
- 13.3.4. Serão desclassificadas as propostas que descumpram especificações técnicas constantes do Edital;
- 13.3.5. Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- 13.3.6. Serão desclassificadas as propostas que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela NOVACAP;
- 13.3.7. Serão desclassificadas as propostas que apresentem desconformidade com outras exigências do Edital, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes;
- 13.3.8. Serão desclassificadas as propostas que apresentem preço unitário ou global superior ao estimado pelo DPJ.
- 13.3.9. Serão desclassificadas as propostas que apresentem preço global simbólico, irrisório ou de valor igual a zero.
- 13.3.10. Serão desclassificadas as propostas cujas composições de preço unitário estiverem em desacordo com as disposições dos subitens expostos no item 12.
- 13.3.11. Serão desclassificadas as propostas cujas composições de preço unitário apresentem itens com custos unitários simbólicos, irrisórios ou de valor igual a zero, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta;
- 13.3.12. Serão desclassificadas as propostas que não apresentem Demonstrativo de BDI ou cujo Demonstrativo de BDI apresentado não estiver composto dos mesmos itens e/ou não estiver calculado pela fórmula apresentada no modelo fornecido pela Novacap (**Doc. SEI/GDF 167989366**).
- 13.3.13. Serão desclassificadas as proponentes que não comprovarem TODAS as qualificações técnicas exigidas no item "EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO".

14. EXIGÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

14.1. À luz da Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, e do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020, para os contratos com valor global igual ou superior a R\$ 6.184.987,50 (seis milhões, cento e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e cujo prazo de validade ou de execução seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, a empresa a ser contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, no momento da formalização da relação contratual, declaração de existência de Programa de Integridade nos termos da Lei nº 6.112, de 2018. O descumprimento das exigências referidas na Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, ensejará nas penalidades previstas na própria Lei.

14.2. Além da Declaração de existência de Programa de Integridade citada no subitem anterior, para celebração do contrato será exigida também a apresentação dos seguintes documentos pela empresa a ser contratada:

14.3. a) Relatório de Perfil, nos termos do Anexo I do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020;

14.4. b) Relatório de Conformidade do Programa, nos termos do Anexo II do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020.

14.5. O prazo máximo da entrega da documentação relacionada nos item 12 é de 5 (cinco) dias úteis a ocorrer a partir do recebimento da solicitação de envio desta documentação. O não cumprimento deste prazo ou a não entrega de qualquer dos documentos suprelacionados caracterizará o descumprimento das exigências referidas na Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018 e ensejará nas penalidades previstas na própria Lei.

14.6. A empresa CONTRATADA fica obrigada a implementar o PROGRAMA DE INTEGRIDADE de que trata a Lei n.º 6.112, de 2 de fevereiro de 2018, regulamentada pelo Decreto n.º 40.388, de 14 de janeiro de 2020, para os contratos com valor global igual ou superior a R\$ 6.184.987,50 (seis milhões, cento e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e cujo prazo de validade ou de execução seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, a empresa a ser CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, no momento da formalização da relação contratual, declaração de existência de Programa de Integridade nos termos da Lei n.º 6.112, de 2018, senão vejamos:

14.7. O Programa de Integridade da pessoa jurídica consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade, controle e auditoria, visando prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Distrito Federal.

14.8. Estão incluídos no conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade o incentivo à denúncia de irregularidade, a instituição e aplicação do código de ética e de conduta e a aplicação e disseminação das boas práticas corporativas.

14.9. O Programa de Integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado segundo as características e os riscos atuais das atividades da pessoa jurídica, cabendo a esta garantir o constante aprimoramento e adaptação do Programa visando à garantia da sua efetividade. A exigência do Programa de Integridade dá-se a partir da celebração do contrato e o seu descumprimento poderá acarretar a aplicação de penalidades nos moldes descritos no artigo 8º da Lei n.º 6.112/2018.

15. VIGÊNCIA DOS CONTRATOS, PRAZOS, LOCAIS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Previamente à formalização da proposta vencedora, a PROPONENTE VENCEDORA deverá fornecer à Novacap as planilhas orçamentária por ela elaboradas, com todas as composições auxiliares, em meio eletrônico, nos formatos PDF e Excel, com o mesmo conteúdo daquele vencedor da licitação.

15.2. Os contratos formalizados terão validade de 01 (um) ano.

15.3. A execução dos serviços deverá iniciar no prazo de 05 (cinco) dias úteis após assinatura da ORDEM DE SERVIÇO.

15.4. O prazo de execução do contrato será de **90 (noventa) dias para instalação e 180 (cento e oitenta dias) para manutenção.**

15.5. Caberá à contratada, formalizar, no início do contrato, junto ao executor do contrato, os telefones e/ou outros meios de comunicação entre contratante e contratada.

15.6. As condições para prorrogação de prazo dos contratos são as dispostas nos artigos 177 e 178 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

15.7. Os serviços contratados, objeto do presente Projeto Básico deverão ser executados na Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, conforme cronograma fornecido pela Contratante.

15.8. Os serviços, objeto do presente Projeto Básico, deverão ser executados de **7h às 17h**, podendo ser solicitados serviços em horário noturno (entre 22h e 5h) acrescidos de 20% comparados aqueles pagos em horário comercial e nos finais de semana, pontos facultativos e feriados em casos de excepcionalidade ou determinados pela chefia sem diferenciação no valor do pagamento, garantindo o cumprimento da Consolidação das leis do trabalho e da Constituição Federal. Nos casos de trabalho noturno (entre 22h e 5h) a Contratada deverá providenciar iluminação adequada no local da operação, bem como colete com faixa refletiva para todos os empregados visando a sinalização, iluminação da área e segurança dos empregados envolvidos na operação, dos eventuais transeuntes, dos eventuais veículos que circulam nas proximidades e dos equipamentos públicos e privados, considerando que a Catedral é um ponto turístico importante para capital e sabendo que naquela Igreja são realizados diversos eventos a execução dos mão poderá os horários de prestação do serviço, poderá sobrar alterações.

16. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

16.1. A CONTRATADA deverá prestar o serviço contratado comprovadamente de primeira qualidade e que satisfaçam rigorosamente às condições estipuladas pelas Normas da ABNT, pela especificações técnicas descritas no presente Projeto Básico e demais documentos constantes no item "DOCUMENTOS TÉCNICOS". Caso contrário, o serviço será recusado, ficando a contratada com o ônus da prestação do serviço executado recusado, transporte e quaisquer outros encargos existentes, não restando a esta Companhia nenhum débito com a CONTRATADA.

16.2. O Recebimento do serviço só será aceito após entrega tanto do poço como do sistema de irrigação em pleno funcionamento.

16.3. A execução e recebimento do serviço será acompanhado e fiscalizado pelo servidor da CONTRATANTE designado como fiscal do contrato.

16.4. Caberá à CONTRATADA, no início do contrato, formalizar, juntamente ao Executor, meios de comunicação para a comunicação direta entre CONTRATADO E CONTRATANTE.

16.5. A CONTRATADA receberá mensalmente a programação das atividades discriminadas em O.S., até o limite previsto no desembolso financeira mensal, do fiscal/executor com determinação do local para execução da implantação do sistema de irrigação automatizado.

17. GARANTIAS E SEGUROS

17.1. Será exigida da CONTRATADA garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser apresentada no prazo de 15 dias úteis contados a partir da celebração do contrato, facultando-se à CONTRATADA a opção por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária. Em caso de alteração do valor do contrato, o valor da garantia deverá ser atualizado, nas mesmas condições pactuadas originalmente.

17.2. Serão obedecidas as disposições constantes no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, atentando-se para os artigos 151, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165 e 166.

17.3. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes durante a execução do serviço contratado, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos relacionados ao serviço contratado, em quaisquer tipos de situações.

18. SUBCONTRATAÇÃO

18.1. A CONTRATADA poderá subcontratar a abertura do poço artesiano.

18.2. A subcontratação estará condicionada à:

18.2.1. Apresentação do contrato ou de documento que comprove a relação entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA.

- 18.3. Comprovação pela CONTRATADA:
- 18.3.1. Da Habilitação jurídica da SUBCONTRATADA, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 18.3.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 18.3.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores;
- 18.3.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 18.3.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa e sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização de funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.
- 18.4. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista da SUBCONTRATADA, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 18.4.1. Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 18.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto lícito;
- 18.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal para todas as empresas licitantes. Prova de regularidade com a Fazenda do Município e do respectivo Estado, para as empresas licitantes com sede ou domicílio fora do Distrito Federal;
- 18.4.4. Regularidade com a Fazenda Nacional, por meio de certidão expedida pela Receita Federal a ser confirmada a sua autenticidade no site eletrônico da Receita Federal;
- 18.4.5. Certidão Negativa de Débito - CND, com o INSS ou instrumento equivalente, em plena validade;
- 18.4.6. Certificado de Regularidade do FGTS ou instrumento equivalente, em plena validade, fornecido pela Caixa Econômica Federal; g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, em plena validade, para comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, por meio eletrônico/via internet – www.tst.jus.br/certidao - (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011).
- 18.5. Os documentos acima exigidos devem ser obrigatoriamente relativos ao domicílio ou sede da empresa subcontratada.
- 18.6. Todos os documentos relativamente à regularidade fiscal poderão ser emitidos via internet.
- 18.7. A responsabilidade perante a CONTRATANTE sobre o serviço retromencionado não será transferida aos subcontratados, devendo a CONTRATADA responder exclusiva e diretamente pela fiel observância das obrigações contratuais.
- 18.8. A CONTRATADA é responsável por fiscalizar todos os trabalhos executados pelos subcontratados, de forma que sejam obedecidas todas as orientações deste Projeto Básico, normas da ABNT e demais legislações e normas vigentes, inclusive aquelas relacionadas a higiene e segurança do trabalho, promovendo o treinamento de pessoal e fornecendo os equipamentos de proteção individuais quando necessário.
- 18.9. A CONTRATADA deverá treinar e alertar seus subcontratados quanto às premissas de sustentabilidade de forma a garantir que atenda as metas estabelecidas pela CONTRATANTE.
- 18.10. Ações trabalhistas causadas por inadimplências da subcontratada são de total responsabilidade da contratada.

19. **PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

- 19.1. As formas, condições e prazos dos pagamentos serão efetuados conforme descrito neste item, bem como no que for estabelecido no Edital e no Contrato.

19.2. O **Relatório Fotográfico** Diário e o Relatório de Medição de todas as fases da execução dos serviços serão parte integrante do processo de pagamento, sendo assim, **o pagamento só será efetuado mediante apresentação destes documentos.**

- Documentos Poço: Relatório técnico assinado pelo responsável técnico, com os itens descritos no item 7.14.2.
- Documentos Sistema de irrigação: Relatório fotográfico, manual de manutenção, manual de operação e "As built".

19.3. Caso a Contratante não entregue a documentação obrigatória e integrante ao processo de pagamento, o pagamento não será feito.

19.4. Durante a execução do serviço, a fiscalização observará o cumprimento das condicionantes estabelecidas no presente Termo e demais documentos elencados no item "DOCUMENTOS TÉCNICOS", bem como utilizará o Índice de Medição de Resultado, exposto item "ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO".

19.5. Caso identificado alguma inconsistência, haverá glosa no pagamento conforme o item "ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO".

19.6. Os serviços de perfuração de poço artesiano e instalação do Sistema de irrigação serão pagos por preço unitário conforme tabelas abaixo.

DESCRIÇÃO MATERIAIS POÇO ARTESIANO		QUANT.	UNIDADE	VALOR
1	TRANSPORTE E INSTALAÇÃO DA Sonda e MATERIAIS	1	unid	
2	PERFURAÇÃO EM SOLO/SEDIMENTO EM 6" DE 00 A 90 M	90	metros	
3	PERFURAÇÃO EM ROCHA Sã EM 5" DE 90 A 100 M	10	metros	
4	PERFURAÇÃO EM ROCHA Sã EM 5" DE 100 A 120 M	20	metros	
5	REVESTIMENTO AÇO CARBONO 6" REFORÇADO	10	metros	
6	REVESTIMENTO AÇO CARBONO DIN 2440 DE 5"	90	metros	
7	DESENVOLVIMENTO E CÁLCULO DE VAZÃO	2	horas	
8	VEDAÇÃO SANITÁRIA	1	unid	
9	LAJE DE PROTEÇÃO SANITÁRIA	1	unid	
10	TAMPA DO POÇO EM CHAPA DE AÇO	1	unid	
11	PRODUTO QUÍMICO PARA DESINFECÇÃO DO POÇO	10	litros	
12	BOMBA SUBMERSA DE 1,5 HP 380 V TRIFÁSICO 4"	1	unid	
13	PAINEL DE COMANDO COMPLETO 380 V TRIFÁSICO	1	unid	
14	TUBULAÇÃO PVC DE 1.1/4" C/ LUVAS GALVANIZADAS	100	metros	
15	CABO ELÉTRICO TRIFÁSICO 3X2,5 MM (SINTENAX OU SIMILAR)	100	metros	
16	CORDA DE SEGURANÇA 12 MM ATÓXICA	80	metros	
17	MATERIAL DE ISOLAMENTO E INSTALAÇÃO DA BOMBA	1	un	
18	DESINFECÇÃO DO POÇO COM PRODUTOS BIODEGRADÁVEIS	1	un	
19	NIPLE DE 1"	3	un	

20	CURVA PVC ROSQUEÁVEL DE 1"	3	un	
21	UNIÃO ROSQUEÁVEL DE 1"	3	un	
22	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO HIDRÔMETRO CONFORME ADASA	1	unid	
23	RELATÓRIO TÉCNICO COMPLETO	1	unid	
24	ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA CONFORME PORTARIA 2914/11	1	unid	
25	TESTE DE VAZÃO DE 24 HORAS COM MOTOBOMBA SUBMERSA	1	unid	

IRRIGAÇÃO ÁREA VERDE - CATEDRAL					
ITEM	RELAÇÃO DE MATERIAIS MOTOBOMBA + ACESSÓRIOS	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR
1	CONJUNTO MOTOBOMBA COM INVERSOR DE FREQUENCIA INTEGRADO - 2 CONJUNTOS X ESYBOX-MAX -85-120 - 2 X 4,0 CV TRIFASICO 380 VOLTS (Vazão 18 m³/h; Pressão 70 m.c.a)	1	UNIDADE	FAMAC OU SIMILAR	
2	BASE DE INSTALAÇÃO MOTOBOMBA 2 ESYBOX (ESYDOCK MAX) (DUPLO)	1	UNIDADE	FAMAC OU SIMILAR	
3	CONJUNTO FILTRAGEM DE DISCO AUTOMÁTICO 120 MESH 20M³/H - BARRILETE FLANGEADO 2" + CONTROLADOR INTEGRADO RETROLAVAGEM	1	UNIDADE	AZUD OU SIMILAR	
4	TANQUE D'AGUA POLIETILENO 20.000 L	2	UNIDADE	FORTLEV / SIMILARES	
5	FLANGE CAIXA D'AGUA 75 X 2.1/2"	5	UNIDADE		
6	REGISTRO ESFERA LATÃO 2.1/2"	3	UNIDADE		
7	NIPEL GALVANIZADO 2"	6	UNIDADE		
8	UNIÃO GALVANIZADO 2"	2	UNIDADE		
9	REGISTRO GAVETA BRONZE 2"	1	UNIDADE		
10	LUVA GALVANIZADA RED MF 2.1/2" X 2"	2	UNIDADE		
11	BUCHA RED GALVANIZADA 3 X 2.1/2"	2	UNIDADE		
12	BUCHA RED GALVANIZADA 1/2 X 1/4"	4	UNIDADE		
13	MANOMETRO GLICERINA 0-10 KGF X 1/4"	4	UNIDADE		
14	HIDROMETRO TURBO IR FLANGEADO 3"	1	UNIDADE	BERMAD OU SIMILAR	
15	VALVULA RETENÇÃO HORIZONTAL BRONZE 2.1/2"	1	UNIDADE	DOCOL/DECA OU SIMILAR	
16	JUNTA PLANA BORRACHA 2"	3	UNIDADE		

17	CABO ELETRICO COBRE PP 1KV 6 MM	150	METROS		
18	CABO COBRE NU 10 MM	20	METROS		
19	CABO COMANDO ELETRICO COBRE DUPLA ISOLAÇÃO 1KV SINAX 1,5 MM AZUL	4500	METROS		
20	CABO COMANDO ELETRICO COBRE DUPLA ISOLAÇÃO 1KV SINAX 1,5 MM PRETO	1300	METROS		
21	CONDUITE FLEXIVEL CORRUGADO 2" (63 mm) COM GUIA	900	METROS		
22	FITA WALSYWA PERFURADA 19 X 30 M	2	UNIDADE		
23	FITA ISOLANTE 20 M	4	UNIDADE		
24	FITA ISOLANTE AUTAFUSÃO 10M	2	UNIDADE		
25	CANAleta PVC CINZA 50 MM FECHADO X 30 MM ABERTO X 2000 MM	5	UNIDADE		
26	HASTE ATERRAMENTO 1/2 X 2,4m	3	UNIDADE		
27	CONECTOR PARA HASTE DE ATERRAMENTO 1/2"	3	UNIDADE		
28	TERMINAL COMPRESSÃO CABO 6 MM	16	UNIDADE		
29	CONECTOR PERFURANTE PARA CABO 6 - 35 MM	4	UNIDADE		
30	PARAFUSO SEXTAVADO 1/2" X 2.1/2"	12	UNIDADE		
31	PORCA SEXTAVADA 1/2"	12	UNIDADE		
32	ARRUELA ZINCADA 1/2"	24	UNIDADE		
33	CHUMBADOR PARABOLT 5/16"	8	UNIDADE		
34	PARAFUSO SEXTAVADO ROSCA SOBERBA 5/16 X 60	20	UNIDADE		
35	PARAFUSO PHILIPS CHIPBOARD 4,0 X 40	200	UNIDADE		
36	BUCHA FIXAÇÃO 12" SEM ABA	20	UNIDADE		
37	BUCHA FIXAÇÃO 6" SEM ABA	200	UNIDADE		
RELAÇÃO MATERIAL PVC - U		QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR
38	ADAPTADOR PVC - U SOLDAVEL MACHO 75 X 2.1/2"	12	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
39	ADAPTADOR PVC - U SOLDAVEL MACHO 63 X 2"	10	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
40	JOELHO PVC - U 90° SOLDAVEL 63 MM	8	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
41	JOELHO PVC - U 45° SOLDAVEL 63 MM	4	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
42	JOELHO PVC - U 90° SOLDAVEL 75 MM	8	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
43	JOELHO PVC - U 45° SOLDAVEL 75 MM	3	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
44	LUVA DE UNIÃO PVC -U SOLDAVEL 75 MM	5	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
45	LUVA DE UNIÃO PVC -U ROSCAVEL 2"	4	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
46	LUVA REDUÇÃO PVC - U 75 X 63 MM	5	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
47	NIPEL PVC - U ROSCAVEL 2"	8	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
48	LUVA PVC - U SOLDAVEL 75 MM	8	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	

49	LUVA PVC - U SOLDAVEL 63 MM	5	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
50	BUCHA CURTA PVC - U 75 X 63 MM	4	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
51	PONTA PARA FLANGE PVC - U SOLDAVEL 63 MM	3	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
52	FLANGE SOLTA PVC - U 63 MM	3	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
53	COLAR DE TOMADA REFORÇADO PEAD 75 X 2"	2	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
54	COLAR DE TOMADA REFORÇADO PEAD 75 X 1.1/2"	1	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
55	COLAR DE TOMADA REFORÇADO PEAD 75 X 1/2"	1	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
56	COLAR DE TOMADA PARA PEAD 50 X 1"	18	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
57	TUBO PVC - U SOLDAVEL 63 MM X 3,0 METROS	4	BARRAS	PVC-U OU SIMILAR	
58	TUBO PVC - U SOLDAVEL 75 MM X 3,0 METROS	5	BARRAS	PVC-U OU SIMILAR	
59	ADESIVO WELD-ON 473 ML	5	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
60	SOLUÇÃO LIMPADORA PREMIER P68 473ML	3	UNIDADE	PVC-U OU SIMILAR	
RELAÇÃO MATERIAL RAIN BIRD		QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR
61	CONTROL. P/ IRRIG. MODULAR ESP-4ME3 230V PARA WIFI E SENSOR DE FLUXO	1	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
62	MÓDULO EXPANSÃO 6 ESTAÇÕES P/ CONTROL. MODULAR ESP-ME	2	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
63	SENSOR DE CHUVA RSD	1	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
64	SENSOR DE FLUXO 1-1/2" BSP T FEMEA	1	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
65	MODULO LNK2 WIFI PARA CONTROLADORES RESIDENCIAIS	1	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
66	CAIXA PARA VÁLVULA SOLENÓIDE DE 6" MOD PVB COM TAMPA VERDE	6	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
67	CAIXA PARA VÁLVULA SOLENÓIDE RETANGULAR DE 12" MOD. VB-STD	19	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
68	VÁLVULA P/ IRRIG. 300-PES-B 3"	1	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
69	VÁLVULA P/ IRRIG. 200 PGA	17	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
70	ASPERSOR ROTOR P/ IRRIG. 3504 CIRCULO CHEIO OU PARCIAL	55	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
71	ASPERSOR ROTOR P/ IRRIG. 4" 5004 PLUS	250	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
72	ASPERSOR SPRAY ESC. 4" P/ IRRIG. 1804	100	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
73	BOCAL ROTATIVO ARCO AJUSTÁVEL R-VAN 24 (5,2 a 7,3m) 0° a 270°	15	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
74	BOCAL ROTATIVO ARCO AJUSTÁVEL R-VAN 18 (4,3 a 5,2m) 0° a 270°	85	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
75	CONECTOR DE 1/2" SBE 050	180	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
76	CONECTOR DE 3/4" SBE 075	680	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
77	TUBO FLEXÍVEL SWING PIPE EXTRA FLEXÍVEL (BOBINA 30 M)	450	METROS	RAIN BIRD OU SIMILAR	
78	TUBO GOT. SUB. P/ IRRIG. ESP-30 CM, 3,41LPH (BOB 152,4 M)	304,8	METROS	RAIN BIRD OU SIMILAR	
79	JOELHO P/ TUBO DRIPLINE 17MM	100	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
80	TÊ P/ TUBO DRIPLINE 17MM	100	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
81	ADAPT P/ TUBO GOTEJADOR 3/4" F X 17 MM	50	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
82	UNIÃO P/ TUBO DRIPLINE 17MM	50	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
83	CONECTOR DE CABOS ELETRICOS IMPERMEAVEL (PACOTE COM 10 UD)	10	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
84	BANDEIRA P/ MARC. OBRA RAIN BIRD AMARELA	100	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	

85	BANDEIRA P/ MARC. OBRA RAIN BIRD LARANJA	100	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
86	BANDEIRA P/ MARC. OBRA RAIN BIRD AZUL	250	UNIDADE	RAIN BIRD OU SIMILAR	
RELAÇÃO DIVERSOS		QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR
87	ADESIVO INCOLOR 850 G	20	UNIDADE		
88	ADESIVO EXTRAFORTE 850 G	10	UNIDADE		
89	SILICONE ACETIVO 280G	6	UNIDADE		
90	SELANTE PU40 280G	2	UNIDADE		
91	LIXA FERRO	20	UNIDADE		
92	ESTOPA CONVENCIONAL 150 G	20	UNIDADE		
93	PINCEL 3/4"	10	UNIDADE		
94	LAMINA SERRINHA	10	UNIDADE		
95	SOLUÇÃO LIMPADORA 1L	15	UNIDADE		
96	FITA VEDA ROSCA 18 X 40 M	50	UNIDADE		
97	ADAPTADOR IRRIGA 50 X 2"	40	UNIDADE	PVC	
98	UNIÃO SOLDABEL IRRIGA 50 MM	35	UNIDADE	PVC	
99	VALVULA VENTOSA TRIPLICE FUNÇÃO 1"	18	UNIDADE	BERMAD OU SIMILAR	
100	COLAR DE TOMADA IRRIGA 100 X 1"	5	UNIDADE	PVC	
101	TE IRRIGA 75 X 3/4"	50	UNIDADE	PVC	
102	TE IRRIGA 50 X 3/4"	100	UNIDADE	PVC	
103	TE SOLDABEL 32 X 3/4"	500	UNIDADE	PVC	
104	TE IRRIGA 100 MM	3	UNIDADE	PVC	
105	TE IRRIGA 75 MM	25	UNIDADE	PVC	
106	TE IRRIGA 50 MM	30	UNIDADE	PVC	
107	TE SOLDABEL 32 MM	80	UNIDADE	PVC	
108	CAP IRRIGA 100 MM	3	UNIDADE	PVC	
109	CAP IRRIGA 75 MM	40	UNIDADE	PVC	
110	CAP IRRIGA 50 MM	15	UNIDADE	PVC	
111	CAP SOLDABEL 32 MM	200	UNIDADE	PVC	
112	TE IRRIGA RED 100 X 50 MM	20	UNIDADE	PVC	
113	TE IRRIGA RED 75 X 50 MM	50	UNIDADE	PVC	
114	TE IRRIGA RED 75 X 32 MM	90	UNIDADE	PVC	
115	TE IRRIGA RED 50 X 32 MM	40	UNIDADE	PVC	
116	CURVA IRRIGA 90° 100 MM	8	UNIDADE	PVC	
117	CURVA IRRIGA 45° 100 MM	8	UNIDADE	PVC	
118	JOELHO IRRIGA 90° 75 MM	40	UNIDADE	PVC	
119	CURVA IRRIGA 45° 75 MM	30	UNIDADE	PVC	
120	JOELHO IRRIGA 90° 50 MM	80	UNIDADE	PVC	

121	CURVA IRRIGA 45° 50 MM	30	UNIDADE	PVC	
122	JOELHO 90° SOLDAVEL 32 MM	200	UNIDADE	PVC	
123	JOELHO 45° SOLDAVEL 32 MM	100	UNIDADE	PVC	
124	LUVA RED IRRIGA 100 X 75 MM	5	UNIDADE	PVC	
125	LUVA RED IRRIGA 75 X 50 MM	40	UNIDADE	PVC	
126	LUVA RED IRRIGA 50 X 32 MM	30	UNIDADE	PVC	
127	TUBO IRRIGA PN 80 100 MM - BARRA 6 M	120	BARRAS	PVC	
128	TUBO IRRIGA PN 80 50 MM - BARRA 6 M	10	BARRAS	PVC	
129	TUBO IRRIGA PN 60 75 MM - BARRA 6 M	100	BARRAS	PVC	
130	TUBO IRRIGA PN 60 50 MM - BARRA 6 M	100	BARRAS	PVC	
131	TUBO IRRIGA PN 60 32 MM - BARRA 6 M	475	BARRAS	PVC	
132	LUVA IRRIGA 100 MM	15	UNIDADE	PVC	
133	LUVA IRRIGA 75 MM	20	UNIDADE	PVC	
134	LUVA IRRIGA 50 MM	20	UNIDADE	PVC	
135	LUVA SOLDAVEL 32 MM	100	UNIDADE	PVC	
VALETAMENTO		QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR
136	ABERTURA E RECUPERAÇÃO DE VALETAS 30 X 30 EM SOLO	290	m³		
137	ABERTURA E RECUPERAÇÃO DE VALETAS 40 X 50 EM ASFALTO / CONCRETO	21	m³		
138	ABERTURA E RECUPERAÇÃO DE VALETAS 40 X 40 EM SOLO	80	m³		

19.7. Os serviços só serão considerados aptos para pagamentos após a conclusão de todas as etapas do objeto do presente Projeto Básico. Caso alguma etapa não seja realizada, o pagamento do serviço não será feito.

19.8. Caso a Contratante não entregue a documentação obrigatória e integrante ao processo de pagamento, o pagamento não será feito.

19.9. Após aceitação do serviço por parte do fiscal do contrato e apresentação da documentação exigida no Edital e/ou Contrato, o pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento, nas condições no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

19.10. Apenas serão pagos os materiais efetivamente utilizados, após conferência e aprovação pela fiscalização do Departamento de Parques e Jardins.

19.11. **Do reajuste contratual:**

19.11.1. O reajuste contratual seguirá o determinado na Decisão nº 3188/2023-TCDF, Item II, letra "b", *in verbis*:

"b) a escolha do marco inicial para a contagem do prazo de um ano para fins de concessão do reajuste de preços encontra-se alocada na esfera de discricionariedade do gestor, cujas alternativas são limitadas pelo art. 3º, § 1º, da Lei n.º 10.192/2001, a saber: **1. a data limite para apresentação de propostas para a licitação;** ou **2. a data do orçamento estimativo do certame;**"

- 19.11.2. O reajuste contratual será aplicado após o interregno do prazo de 12 (doze) meses, automaticamente, a partir da **data limite para apresentação de propostas para a licitação**, utilizando-se o índice Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- 19.11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano, será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a NOVACAP pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação anual conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 19.11.5. É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de componentes não previstos na proposta inicial, exceto, quando se tomarem obrigatórios por força de instrumento legal, ficando a comprovação do novo, a cargo da CONTRATADA.
- 19.11.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para o reajuste será, **obrigatoriamente**, o definitivo, não ficando a Novacap obrigada a pagamentos de valores remanescentes.
- 19.11.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.11.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.11.9. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 19.11.10. Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irreeajustáveis, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995.
- 19.12. **Do reequilíbrio econômico-financeiro:**
- 19.13. Para fins reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser concedido a qualquer tempo conforme disposto na Instrução Normativa nº 367/2022 - NOVACAP/PES/ASESP (Reequilíbrio).
- 19.13.1. A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro tem como foco o ajuste dos preços estabelecidos nas propostas visando manter a sua sustentabilidade econômica diante de fatos extraordinários e extracontratuais.
- 19.13.2. De acordo com o disposto no art. 212 do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, a revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será formalizado por ADITAMENTO CONTRATUAL e precedido, obrigatoriamente, de manifestação do fiscal do contrato e de análise jurídica.
- 19.14. **Do repactuação (art. 198 a 208 do RLC - NOVACAP)):**
- 19.14.1. 13.11.8.1. A repactuação contratual tem como finalidade a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, vinculados à apresentação das propostas para os custos decorrentes do mercado e com data vinculada ao Acordo Coletivo de Trabalho ou à Convenção Coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra. É o que dispõe o §1º do artigo 201 do RCL da Companhia, senão vejamos:
- art. 201. Será concedida repactuação nos contratos de prazo de duração igual ou superior a 12 (doze) meses.
- § 1º O **interregno mínimo de 12 (doze) meses** para a primeira repactuação será contado da:
- I - data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra;
- II - data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos **custos com a execução do serviço decorrentes do mercado**, tais como materiais e equipamentos necessários à execução do serviço.

§ 2º Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação. (Grifo nosso)

19.14.2. A repactuação será aplicado após o interregno do prazo de 12 (doze) meses, automaticamente, a partir da **data limite para apresentação de propostas para a licitação**, utilizando-se o Acordo Coletivo de Contrato ou Convenção Coletiva de Trabalho vigente.

19.14.3. A CONTRATADA deverá, apresentar a solicitação formal acompanhada da demonstração analítica da variação dos custos, nos termos dos procedimentos dispostos no RLC desta Companhia, bem como, aqueles do Parecer Referencial n.º 7/2020-PGDF a seguir *in verbis*:

- (i) requerimento da contratada, acompanhado da planilha da época da proposta e planilha atual;
- (ii) prova cabal de sua alegação, com demonstração analítica da variação do preço;
- (iii) parecer econômico da Administração, atestando pela conformidade das alegações do contratado com a realidade;
- (iv) pesquisa de preços pela unidade técnica responsável, comprovando que o preço repactuado é menor que o preço de mercado; e
- (v) compatibilidade do reequilíbrio com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000).

19.14.4. O direito à repactuação deverá ser exercido durante a vigência do Contrato, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, senão vejamos:

"art. 205. **O direito à repactuação deve ser exercido e solicitado durante a vigência contratual.**

Parágrafo único. **Ocorrerá a preclusão do direito à repactuação não solicitada com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.** (grifo nosso)"

19.14.5. Para as repactuações subsequentes a primeira, o interregno mínimo de um ano, será contado a partir dos efeitos financeiros da último repactuação.

19.14.6. A REPACTUAÇÃO poderá ser realizado por meio do TERMO DE APOSTILAMENTO, salvo se coincidir com a prorrogação contratual, que deverá ser formalizada por termo de aditamento, nos termos dispostos no art. 207 do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia.

20. ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

20.1. O Fiscal do Contrato irá fiscalizar/avaliar a qualquer momento a execução do serviço contratado observando os Índices de Medição de Resultado descritos na Tabela 9.

20.2. Cada item da tabela há uma pontuação que será multiplicado pela sua recorrência. O somatório da multiplicação do índice pela recorrência irá compor a pontuação final, conforme Tabela 9 - Índice de Medição de Resultado. A pontuação final por sua vez representará uma porcentagem de glosa no valor total da nota fiscal, conforme Tabela 10.

20.3. Se identificado qualquer inconsistência apontada na Tabela 9 deste item, será efetuada glosa no valor total da Nota Fiscal de acordo com o somatório dos Índices indicado na Tabela 10.

Item	Descrição do item	Pontuação	Recorrência(fator multiplicador)	Soma
1	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI)	2	Número de ocorrências em que foi constatado o item 1	Pontuação x recorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços	2	Número de ocorrências em que foi constatado o item 2	Pontuação x recorrência

3	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato	2	Número de ocorrências em que foi constatado o item 3	Pontuação x recorrência
4	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como de arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas	1	Número de ocorrências em que foi constatado o item 4	Pontuação x recorrência
5	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme em condições não adequadas e/ou sem crachá de identificação	2	Número de ocorrências em que foi constatado o item 5	Pontuação x recorrência
6	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material	2	Número de ocorrências em que foi constatado o item 6	Pontuação x recorrência
7	Deixar de substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 (quarenta e oito) horas da comunicação da CONTRATANTE	3	Número de ocorrências em que foi constatado o item 7	Pontuação x recorrência
8	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	2	Número de ocorrências em que foi constatado o item 8	Pontuação x recorrência
9	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	2	Número de ocorrências em que foi constatado o item 9	Pontuação x recorrência
10	Descumprimento da programação devido a falta de funcionário e/ou veículo	4	Número de ocorrências em que foi constatado o item 10	Pontuação x recorrência
11	Apresentar materiais/equipamentos abaixo da qualidade definida	2	Número de ocorrências em que foi constatado o item 11	Pontuação x recorrência
Total				Pontuação Final

Tabela 9 - Índice de Medição de Resultados

Pontos	Glosa na Nota (%)
1 - 10	5%
11 - 25	6% - 10%

26 - 40	11% - 15%
> 40	16%

Tabela 10 - Glosa

- 20.4. No caso de falta de equipamentos ou pessoal, estes serão glosados da fatura na proporção das horas paradas conforme Relatório de Fiscalização Diária.
- 20.5. A aplicação das glosas deste IMR independe daquelas relativas à falta de equipamentos ou pessoal previstos no item 20.4. e serão aplicadas concomitantemente.
21. **ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**
- 21.1. Fica vetado à CONTRATADA o atendimento a qualquer solicitação de modificação contratual, durante a celebração do contrato, não autorizada pela Diretoria das Cidades.
- 21.2. Serão admitidos acréscimos e supressões, em conformidade com a Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, e desde que a solicitação de acréscimo/supressão pela CONTRATADA não corresponda a um risco alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da própria CONTRATADA.
- 21.3. Todos e quaisquer pedidos de alterações do contrato ou da Nota de Empenho deverão ser dirigidos ao executor do contrato o qual submeterá a Diretoria correspondente, após análise da admissibilidade.
- 21.4. Caso haja alterações nos parâmetros de aprovação, habilitação e/ou licenciamento durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá promover regularização junto aos órgãos competentes.
- 21.5. As alterações contratuais deverão obedecer ao disposto no art. 179 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap (SEI N° 171743526).
22. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 22.1. Receber o objeto no prazo se atendidas, pela CONTRATADA, as condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos;
- 22.2. Verificar a conformidade do serviço a ser executado com as especificações constantes neste Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação do serviço e do pagamento;
- 22.3. Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do serviços de manutenção arbórea nas áreas verdes públicas urbanas em desacordo com o previsto neste Projeto Básico;
- 22.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de empregado ou comissão especialmente designados;
- 22.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Projeto Básico e seus anexos.
- 22.6. A NOVACAP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
23. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 23.1. A CONTRATADA deve cumprir TODAS as obrigações constantes neste Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 23.2. Realizar o transporte do material de forma adequada, efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, no prazo e local constantes neste Termo e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 23.2.1. A empresa CONTRATADA deverá arcar com os custos diretos e indiretos relativos à manutenção dos indivíduos arbóreos, indicado pelo DPJ, inclusive com todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidir sobre o objetivo desta licitação.
- 23.2.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como, exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 23.2.3. A CONTRATADA deve efetuar a execução dos serviços, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo e seus anexos. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo, o objeto mal executado imediatamente após o recebimento do comunicado.
- 23.2.4. A CONTRATADA será responsável por eventuais danos causados ao patrimônio público ou privado, às pessoas físicas ou jurídicas, decorrentes da execução direta ou indireta dos serviços previstos no presente procedimento administrativo;
- 23.2.5. A CONTRATADA deverá fazer a sinalização de segurança em vias públicas para alertar motoristas e pedestres quanto da realização dos serviços.
- 23.2.6. A CONTRATADA deve cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre Segurança e Medicina do Trabalho.
- 23.2.7. É responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das eventuais obrigações patronais previstas na legislação e/ou em acordos coletivos de trabalho.
- 23.2.8. Correrá por conta da CONTRATADA **qualquer prejuízo**, tanto em equipamento público como particular, causado durante a execução dos serviços, inclusive eventuais quebras de vias e calçadas, quebras de vidro de carro, acidente de carro, dentre outros, que deverão ser REPARADAS no prazo máximo de 05 dias úteis sob pena de GLOSA ou RETENÇÃO dos valores e custos verificados pela Companhia.
- 23.2.9. É de responsabilidade da CONTRATADA, fornecer, às suas expensas, todos os materiais e insumos necessários à execução dos serviços e atendimento de seus funcionários na abrangência do objeto contratual.
- 23.2.10. É obrigatório por parte da CONTRATADA a manutenção de um responsável técnico com poder de decisão em contato com o DPJ para, sempre que necessário, resolver possíveis falhas na execução dos serviços.
- 23.2.11. Todos empregados deverão usar uniformes, conforme Projeto Básico, e EPIs completos e adequados para cada atividade do serviço executado, de modo que os mesmos se apresentem, diariamente, no melhor aspecto de higiene e limpeza possível, com identificação conforme estabelece as normas de segurança e saúde do trabalhador, do Ministério do e Emprego.
- 23.2.12. Efetuar a execução do serviço conforme especificações, no prazo e local constantes neste Termo e seus anexos;
- 23.2.13. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, com a devida comprovação e no prazo que anteceder a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto para a execução do serviço.
- 23.2.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 23.2.15. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições fiscais da licitação;
- 23.2.16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo DPJ, durante a execução do Contrato;
- 23.2.17. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 23.2.18. O serviço deverá ser executado no prazo e no quantitativo conforme solicitado pelo executor do contrato.
- 23.2.19. Fornecer a composição de custo/preço detalhada do produto em questão, conforme Especificação e atendendo o item "DAS PROPOSTAS".

- 23.2.20. Formalizar, no início do contrato, junto ao Executor do contrato, os telefones e/ou outros meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente, visando a comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA para tratar da execução do serviço contratado.
- 23.2.21. Cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente das especificações técnicas, e respondendo por qualquer crime ambiental que venha a praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes.
- 23.3. A Contratada deverá observar o percentual de reserva de vagas de trabalho para pessoas em situação de rua, conforme previsto no Decreto nº 45.846 de 27 de maio de 2024.

24. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

24.1. Da Responsabilidade Civil

- 24.1.1. A responsabilidade civil da CONTRATADA obedecerá ao disposto no RLC desta NOVACAP, bem como, legislação vigente.

24.2. Da Responsabilidade Penal

- 24.2.1. Aplicam-se ao Contrato a ser firmado, as normas de direito penal contidas nos Arts. 89 a 99, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os demais dispositivos da norma, a fim de suprir lacunas existentes na Lei n.º 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos desta Urbanizadora.

24.3. Da Responsabilidade Administrativa

- 24.3.1. Aplica-se à CONTRATADA, as disposições constantes no MANUAL DE POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS, documento SEI n.º 44106189, bem como, CÓDIGO DE ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE documentos SEI n.º 44106190.

24.4. Da Responsabilidade Trabalhista

- 24.4.1. Compete exclusivamente a CONTRATADA, na execução do objeto deste Projeto Básico, observar as normas que integram o regime jurídico admitido para a relação trabalhista com seus contratados, em especial a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, legislações complementares, normas regulamentadoras dos órgãos competentes para a pauta e dispositivos contidos nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias envolvidas na execução dos serviços.

- 24.4.2. O CONTRATO, oriundo do deste certame, não gerará qualquer vínculo empregatício entre a NOVACAP, a CONTRATADA e seus profissionais, e, ainda, de profissionais de empresas CONTRATADAS pela CONTRATADA, não cabendo à NOVACAP nenhuma responsabilidade trabalhista ou previdenciária em função dos serviços prestados.

- 24.4.3. A CONTRATADA obriga-se a responder por todas e quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações de seus empregados, sendo, em quaisquer circunstâncias, considerada como exclusiva empregadora e única responsável por qualquer ônus que a NOVACAP venha a arcar, em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações.

- 24.4.4. Os encargos trabalhistas, sociais, fiscais e previdenciários e outras obrigações legais e administrativas decorrentes de vínculo empregatício da CONTRATADA com seus empregados são de sua exclusiva responsabilidade.

- 24.4.5. A CONTRATADA é obrigada a pagar em dia os salários de seus empregados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes de suas contratações, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.

- 24.4.6. Fica a CONTRATADA obrigada a comunicar à NOVACAP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação/citação, qualquer reclamação trabalhista ajuizada por seus empregados e relacionada a serviços prestados na NOVACAP.

- 24.4.7. Vindo a NOVACAP a responder por qualquer ação ou reclamação proposta por empregados da CONTRATADA, pessoas a seu serviço ou qualquer terceiro, estará expressamente autorizada a, mediante simples comunicação escrita, reter e utilizar os créditos de titularidade da CONTRATADA, até o montante necessário para o ressarcimento integral da obrigação exigida, incluindo custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

24.4.8. Configurada a inadimplência da CONTRATADA quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias, desde já, a NOVACAP está autorizada a proceder ao bloqueio de faturas, cujos créditos serão utilizados no pagamento das referidas obrigações, diretamente aos trabalhadores que prestam/prestaram serviço, objeto do Contrato firmado entre a NOVACAP e a VENCEDORA DO CERTAME;

24.4.9. O estabelecido no item acima não exclui a prerrogativa da NOVACAP de utilizar o valor da garantia, se for o caso, para pagamento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias, caso a CONTRATADA não comprove a quitação dos mencionados encargos nos prazos legais.

24.4.10. A CONTRATADA deverá realizar os serviços conforme determinação do empregado escolhido por esta Companhia para fiscalizar/executar o contrato.

24.4.11. Deverá contratar profissionais especializados, cabendo-lhe em relação às pessoas vinculadas às operações correlatas ao cumprimento do objeto deste Projeto Básico, total e exclusiva responsabilidade, por todas as despesas e/ou encargos de qualquer natureza, arcando com as penalidades advindas de todas as legislações que regem os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidade, com ênfase na tributária, cível, previdenciária, trabalhista, acidente do trabalho e/ou outros semelhantes, bem como assistência médica e/ou outros assemelhados, cedendo cópia de comprovação de quitação à NOVACAP, sempre que necessário.

24.4.12. A CONTRATADA deverá restituir à NOVACAP, todas as despesas que esta tiver que efetuar para suprir as falhas ocorridas na prestação dos serviços, objeto deste ato, em consequência da ação ou omissão da CONTRATADA, ou de seus empregados. Deverá, ainda, atender aos dispositivos da Lei n.º 9.032/95, apresentando para a NOVACAP, até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente ao de competência, cópia de sua folha de pagamento e sequência normal dos pagamentos mensais, subsequentes ao primeiro mês. Igualmente, obriga-se a reembolsar, à NOVACAP, todas as despesas que esta tiver, decorrente de:

a) Reconhecimento judicial de vínculo empregatício de seus empregados, com a NOVACAP ou qualquer empresa do mesmo grupo econômico;

b) Reconhecimento judicial de solidariedade ou subsidiário da NOVACAP ou de qualquer outra empresa do mesmo grupo econômico, no cumprimento das obrigações trabalhista e/ou previdenciárias CONTRATADA(s); e

c) Indenização, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos causados pela CONTRATADA ou seus prepostos na execução de suas atividades.

24.4.13. A CONTRATADA é responsável pela fiel execução dos serviços compreendidos na presente especificação, assim como outros que durante a execução do contrato poderão advir, os quais serão adaptados conforme a necessidade da NOVACAP e a ela oficializados, independente de termo aditivo.

24.4.14. É reservado à NOVACAP o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente comprovado, e o dever de anulá-la por ilegalidade, devidamente fundamentado, nos termos do RLC.

24.4.15. A NOVACAP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

24.4.16. Todos os veículos, equipamentos e uniformes deverão ser identificados com todos os dados relativos ao Lote e Contrato, sendo obrigatória tal identificação para todos os veículos, equipamentos, crachás de pessoal, etc., conforme item 28.2 "ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS EXIGIDAS", constante no "ANEXO I - DETALHAMENTO DE EQUIPES E ESPECIFICAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS"

24.5. Da Responsabilidade com Segurança do Trabalho e Higiene

24.5.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências das normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo equipamento de proteção individual e coletiva necessários para o desempenho de cada atividade específica, a todos os que trabalham ou permaneçam em área de risco, sendo responsável pela orientação e FISCALIZAÇÃO da utilização destes, devendo estar, permanentemente, em condições de funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas.

24.5.2. A CONTRATADA deverá exigir que seus empregados, quando em serviço, utilizem todos os equipamentos de proteção individual (EPI) na realização de atividades que assim os exijam, tais como: capacetes, luvas, óculos de segurança, protetores auriculares, etc., observando as regras de segurança, higiene e apresentação pessoal.

24.5.3. Caberá à CONTRATADA manter no local de execução dos serviços, material necessário à prestação de primeiros socorros, guardado em local adequado, e aos cuidados de pessoas treinadas para manipulá-los, conforme disciplina a NR 07 do Ministério do Trabalho.

- 24.5.4. Caso seja necessária a execução de canteiro de obras para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá manter neste os equipamentos de proteção contra incêndio na forma da legislação e demais normas vigentes.
- 24.5.5. A CONTRATADA deverá providenciar, às próprias custas, a execução de toda a sinalização, inclusive viária, e isolamento das frentes de serviço, visando à segurança dos usuários do local e de transeuntes, de acordo com as normas do DETRAN/DF, ficando responsável por qualquer acidente que porventura venha a ocorrer por falta ou deficiência de sinalização. É de total responsabilidade da CONTRATADA a sinalização do local de execução dos serviços, incluindo placas, cavaletes, cones de segurança, barreiras móveis, delimitadores com fita retrátil, grades de isolamento, etc., a fim de que, se atenda aos requisitos legais e, bem como, informe sobre os transtornos durante a execução dos serviços, orientando os usuários e populares quanto a possíveis riscos de acidentes, conforme legislação pertinente.
- 24.5.6. A CONTRATADA deverá tomar todas as medidas que se fizerem necessárias com vistas à total segurança de terceiros, construindo tapumes e sinalizando o local de execução dos serviços, segundo as Normas de Segurança do Trabalho.
- 24.5.7. A CONTRATADA deverá cuidar para que os profissionais, das equipes residentes e outros que venham a prestar serviços, se apresentem devidamente identificados (crachá da empresa) e uniformizados, devendo fornecer-lhes uniformes completos, nos padrões de eficiência, higiene e equipamentos de proteção individual em atendimento à NR 06, inclusive calçados apropriados a cada ofício.
- 24.5.8. A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, à FISCALIZAÇÃO o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de seus empregados, e as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços, em atendimento aos princípios e disposições da NR 07 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção.
- 24.5.9. A CONTRATADA deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais.
- 24.5.10. A CONTRATADA deverá, também, fornecer protetor solar aos empregados expostos ao sol na execução dos serviços, conforme art. 2º, § 1º, inciso I da Lei n.º 4.182 de 21 de julho de 2008 e NR 06 do Ministério do Trabalho.
- 24.5.11. A CONTRATADA deverá atender à Lei n.º 6514, de 22 de dezembro de 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho:
- art. 162 - As empresas, segundo as normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho. (SESMET)
- art. 163 - Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obras nelas especificadas.
- 24.6. A CONTRATADA deverá atender a todas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aprovadas, em especial:
- a) NR-04: O dimensionamento do SESMET vincula-se à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento constantes dos Quadros I e II desta norma. (aplicado somente para empresas que possuam acima de 100 empregados);
 - b) NR-05: A CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados, de acordo com as proporções mínimas estabelecidas no Quadro I desta norma. (Aplicado somente às empresas que, para execução do contrato, necessitem dispor de mais de 20 de seus empregados);
 - c) NR - 06: Trata de Equipamentos de Proteção Individual;
 - d) NR-07: Trata do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
 - e) NR-10: Trata da Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
 - f) NR-12: Trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
 - h) NR-15: Trata de Atividades e Operações Insalubres;
 - i) NR-16: Trata de Atividades e Operações Perigosas;

j) NR-18: Trata das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção; e

l) NR-35: Trata da realização de Trabalho em Altura.

24.7. Da Responsabilidade Ambiental

24.7.1. A CONTRATADA responderá pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes. Os critérios e procedimentos referentes a resíduos deverão considerar a Lei Federal – PNRS 12.305/2010, Lei n.º 4.704/2011, Resolução n.º 307/2002 do CONAMA, as normas Brasileiras – ABNT e demais legislações e normas vigentes e, deverá:

a) Respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelos serviços executados, em especial no que tange o Decreto n.º 39.968 de julho de 2019;

b) Utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

c) Zelar pela proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, cujo impacto possa ser causado pela execução dos serviços; e

d) Realizar o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de todo tipo de resíduo, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final, em atendimento à legislação e demais normas vigentes, contemplando a análise de contaminação do solo, prevenção de poluição no local de execução dos serviços em observância ao disposto nos artigos. 15 a 19 da Lei Distrital n.º 5.418, de 2 de agosto de 2010, e art. 12 da Lei 4.702 de 20 de dezembro de 2011 devem submeter seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS ou Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC junto ao órgão competente.

24.7.2. Os materiais remanescentes de serviços executados serão selecionados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo a CONTRATADA alocar o material aproveitável em área a ser definida pela NOVACAP e, realizar o descarte dos rejeitos consoante à legislação pertinente e demais normas vigentes e, cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente do detalhamento e/ou da especificação deste Projeto Básico.

24.8. Da Gestão Ambiental

24.8.1. A CONTRATADA deverá respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelos serviços executados.

24.8.2. A CONTRATADA deverá executar medidas de mitigação dos danos ambientais e de compensação ambiental definidas no licenciamento ambiental e na legislação em vigor.

24.8.3. A CONTRATADA deverá utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais.

24.8.4. A CONTRATADA deverá avaliar impactos de vizinhança que possam ser causadas pela execução dos serviços, na forma da legislação urbanística.

24.8.5. A CONTRATADA deverá zelar pela proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, cujo impacto possa ser causado pela execução dos serviços.

24.8.6. A CONTRATADA deverá realizar o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de todo tipo de resíduo, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação e demais normas vigentes, contemplando a análise de contaminação do solo, prevenção de poluição no local de execução dos serviços.

24.8.7. Os materiais remanescentes de serviços executados serão selecionados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo a CONTRATADA alocar o material aproveitável em área a ser definida pela NOVACAP e realizar o descarte dos rejeitos de acordo com a legislação pertinente e demais normas vigentes.

24.8.8. A CONTRATADA deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente do detalhamento e/ou das especificações dos projetos de engenharia.

24.8.9. A CONTRATADA responderá pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes.

24.8.10. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade e
- c) Capacitação periódica dos empregados para a redução de desperdícios, dentre outras.

24.9. **Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental**

24.9.1. Conforme a Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, devem ser adotadas boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicos poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Treinamento/ capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e
- d) Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas segundo o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19 de janeiro de 2010.

24.9.2. Todos os materiais e peças empregados pela arrematante deverão buscar a redução de impactos ambientais, ficando a CONTRATADA obrigada a:

- a) Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis;
- b) Priorizar o emprego de mão de obra e materiais de origem local para execução e operação do objeto;
- c) Utilizar materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); e
- d) Usar, preferencialmente, equipamentos que em funcionamento emitam o mínimo possível de gases poluentes e gerem ruídos nos limites da Resolução CONAMA nº Resolução nº 490 DE 16/11/2018 e da Norma Brasileiras - ABNT NBR ISO 14064 de 2016.

24.9.3. A NOVACAP reserva-se o direito de exigir tais comprovações, que poderão ser feitas mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências ambientais vigentes.

24.9.4. A CONTRATADA deverá respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos dispostas no presente documento.

24.9.5. A CONTRATADA deverá utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais.

24.9.6. A CONTRATADA, no desempenho de suas atividades, deverá realizar o correto gerenciamento ambiental de todo tipo de resíduo, no que tange à coleta, trituração e transporte, em atendimento à legislação e demais normas vigentes.

24.9.7. Os materiais remanescentes de serviços executados serão selecionados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo a CONTRATADA alocar o material aproveitável em área a ser definida pela NOVACAP e realizar o descarte dos rejeitos conforme a legislação pertinente e demais normas vigentes.

24.9.8. A CONTRATADA deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente do detalhamento e/ou da especificação deste ato.

24.9.9. A CONTRATADA responderá pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes.

25. **DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO**

- 25.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e aquelas previstas em Lei e no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 25.2. Os motivos para rescisão do contrato são os apresentados no art. 248 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap com exceção do inciso XXIV por força de decisão do Senhor Presidente da NOVACAP, ad referendum do Conselho de Administração, contida no Memorando Nº 23/2021 - NOVACAP/PRES.
- 25.3. Conforme o art. 249 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, a rescisão do contrato será efetivada e reduzida a termo: por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, nas hipóteses previstas no artigo 248 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap; ou de forma amigável, por acordo entre as partes.
- 25.4. As consequências decorrentes de rescisão por ato unilateral da NOVACAP são as apresentadas no art. 250 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

26. **DAS SANÇÕES**

26.1. Conforme o art. 251 ao 263 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:

- 26.1.1. As sanções aplicáveis pela NOVACAP na presente contratação são: advertência; multa; ou suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 26.1.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.
- 26.1.3. A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 26.1.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela contratada.
- 26.1.5. Configurada a hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela contratada, esta responderá pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
- 26.1.6. O não pagamento da multa aplicada pela contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 26.1.7. A advertência e a suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP por prazo não superior a 2 (dois) anos poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 26.1.8. O prazo da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.
- 26.1.9. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP por prazo não superior a 2 (dois) anos implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.
- 26.1.10. A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.
- 26.1.11. As sanções serão aplicadas conforme os procedimentos apresentados na SEÇÃO XIII do CAPÍTULO I do TÍTULO IV do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 26.1.12. Cabe à Diretoria de Urbanização a identificação do quantum das sanções a serem aplicadas.
- 26.2. Serão aplicadas multas nas seguintes situações, em consonância com o artigo 259 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:

I – 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou da nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV- 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela NOVACAP, recusa 95 parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato ou da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V – até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

26.2.1. A CONTRATANTE poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho sem prejuízo das penalidades previstas no item "DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO" e de outras previstas em lei.

27. RECURSOS E ARBITRAGENS

27.1. A CONTRATADA poderá interpor recurso junto à CONTRATANTE para obter decisões superiores, sendo o DPJ a 1º Instância de Juízo, caso se sinta prejudicada, quanto a qualquer decisão do executor ou do fiscal do contrato sobre assuntos não previstos no Projeto Básico ou no contrato de que faz parte.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ANTÔNIO LICASSALI JÚNIOR - Matr.0074595-2, Assessor(a)**, em 30/05/2025, às 16:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DIAS TEIXEIRA ERVILHA - Matr.0073341-5, Engenheiro**, em 02/06/2025, às 15:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **171750911** código CRC= **1909C6AC**.

